



EMENTÁRIO 2016



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADORIA-GERAL

CENTRO DE ESTUDOS

Nº 03 – Ano 2017

cestudos@pge.pa.gov.br

O Centro de Estudos realizou o levantamento da legislação estadual publicada em 2016, ano em que foram sancionados 577 textos legais. Em termos estatísticos, registram-se com maior número de publicações Decretos (30%), Portarias (21%), Leis Ordinárias (20%), Resoluções (16%) e Instruções Normativas (8%).

TIPO	QUANT.
Decretos	177
Portarias	122
Leis Ordinárias	117
Resoluções	91
Instruções Normativas	45
Editais	05
Leis Complementares	09
Emendas Regimentais	04
Emendas Constitucionais	03
Provimentos	03
Decretos Legislativos	01

Toda a legislação publicada em 2016 foi inserida na base ARQLEG e está disponível para consulta. O CEstudos também organizou um ementário para facilitar a consulta de todos, o que pode ser conferido abaixo.

EMENDAS CONSTITUCIONAIS

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 68, DE 30 DE AGOSTO DE 2016.

Altera a redação do art. 132 da Constituição do Estado do Pará e adita-se §3º ao referido artigo.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 69, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2016.

Altera e adiciona dispositivos na Constituição Estadual para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 70, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

ACRESCENTA O ART. 341 NA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARÁ.

LEIS ORDINÁRIAS

LEI N° 8.337, DE 5 DE JANEIRO DE 2016

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Movimento dos Promotores da Vida e Cidadania - PROVIDA.

LEI N° 8.338, DE 5 DE JANEIRO DE 2016

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Comunitária do Distrito de Lindoeste.

LEI N° 8.339, DE 5 DE JANEIRO DE 2016

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Beneficente "Professor Luiz Gama".

LEI N° 8.340 DE 5 DE JANEIRO DE 2016

Reconhece como patrimônio imaterial, desportivo e cultural do Estado do Pará, as atividades equestres de tambor, baliza, vaquejada, cavalgada, rodeios e afins.

LEI N° 8.341 DE 13 DE JANEIRO DE 2016

Dispõe sobre a criação e a alteração de cargos no Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Pará, para os Gabinetes dos Conselheiros Substitutos e altera o Anexo II, da Lei nº 8.037, de 5 de setembro de 2014.

LEI N° 8.342, DE 14 DE JANEIRO DE 2016

Altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 6.626, de 3 de fevereiro de 2004, que dispõe sobre o ingresso na Polícia Militar do Pará (PMPA).

LEI N° 8.343, DE 28 DE JANEIRO DE 2016.

Altera, acrescenta e revoga dispositivos da Lei Estadual Nº 6.439, de 14 de janeiro de 2002, que dispõe sobre o Plano de Assistência.

LEI N° 8.344, DE 18 DE MARÇO DE 2016

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Confederação Nacional e Internacional de Ministros Evangélicos – CONIME

LEI N° 8.345, DE 18 DE MARÇO DE 2016

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Bairros de Jacundá – ASBAJA.

LEI N° 8.346, DE 21 DE MARÇO DE 2016

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Desenvolvimento Sustentável do Polo Jutaí - ADESU.

LEI N° 8.347, DE 21 DE MARÇO DE 2016

Denomina de Escola Estadual de Ensino Médio Deputado Gabriel Guerreiro a escola localizada na Rua Belém, s/nº, no Bairro da Cidade Nova, no Município de Óbidos (PA).

LEI N° 8.348, DE 21 DE MARÇO DE 2016

Fica criado o Dia Estadual da Cultura Paraense no âmbito do Estado do Pará, a ser comemorado em 7 de outubro.

LEI N° 8.349, DE 21 DE MARÇO DE 2016

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Afuá/PA - ASCOA.

LEI N° 8.350, DE 21 DE MARÇO DE 2016

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Efrain Cunha Leão.

LEI N° 8.351, DE 21 DE MARÇO DE 2016

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Comunitária do Arraial do Pedoca – ACAP.

LEI N° 8.352, DE 27 DE ABRIL DE 2016

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Ordem Mística do Alvorecer Dourado - OMAD, do Município de Altamira.

LEI N° 8.353, DE 27 DE ABRIL DE 2016

Dispõe sobre a inclusão no Calendário Oficial do Estado do Pará, do Dia Estadual do Jovem Adventista.

LEI N° 8.354, DE 27 DE ABRIL DE 2016

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Mapuá – AMOREMA, do Município de Breves/PA.

LEI N° 8.355, DE 2 DE MAIO DE 2016

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Cultural Mistura Regional – ACMR.

LEI N° 8.356, DE 2 DE MAIO DE 2016

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Vênus Atlético Clube – VAC.

LEI N° 8.357, DE 2 DE MAIO DE 2016

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Brasileira de Surf na Pororoca – ABRASPO.

LEI N° 8.358, DE 2 DE MAIO DE 2016

Declara como patrimônio cultural de natureza imaterial do Estado do Pará o clássico de futebol RE x PA.

LEI N° 8.359, DE 3 DE MAIO DE 2016

Fica instituída no âmbito do Estado do Pará, a semana de mobilização contra a obesidade infantil, a ser realizada, anualmente, na semana do dia 11 de outubro, dia mundial de combate à obesidade.

LEI N° 8.360, DE 11 DE MAIO DE 2016

Institui a semana estadual de conscientização e motivação literária com a arrecadação de livros novos e/ou usados nas escolas e universidades do Estado do Pará.

LEI N° 8.361, DE 11 DE MAIO DE 2016

Proíbe a utilização de animais para desenvolvimento, experimento e teste de produtos cosméticos e de higiene pessoal, perfumes e seus componentes.

LEI N° 8.362, DE 11 DE MAIO DE 2016

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Quilombola São Jorge, do Município de Moju/PA.

LEI N° 8.363, DE 11 DE MAIO DE 2016

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a ONG Casa de Recuperação Mulheres Guerreiras.

LEI N° 8.364, DE 11 DE MAIO DE 2016

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Ambiente.

LEI N° 8.365, DE 11 DE MAIO DE 2016

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a ONG Centro de Solidariedade da Criança e do Adolescente.

LEI N° 8.366, DE 24 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre a semana estadual de conscientização política nas escolas do Estado do Pará.

LEI N° 8.367, DE 30 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre a definição das competências dos registros de imóveis do Município de Belém.

LEI N° 8.368, DE 30 DE JUNHO DE 2016

Dispõe sobre a concessão de abono complementar aos servidores civis, ativos e inativos e pensionistas do Poder Executivo.

LEI N° 8.369, DE 11 DE JULHO DE 2016

Dispõe sobre a inclusão no calendário oficial do Estado, da Feira do Artesanato Mundial – FAM.

LEI N° 8.370, DE 11 DE JULHO DE 2016

Denomina de Escola Laurival Campos Cunha a Escola Técnica de Trabalho e Produção do Município de Barcarena.

LEI N° 8.371, DE 11 DE JULHO DE 2016

Institui no âmbito do Estado do Pará, o Dia da Sukyo Mahikari.

LEI N° 8.372, DE 11 DE JULHO DE 2016

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Beneficente Frei Galvão - ABFG, de Marituba/PA.

LEI N° 8.373, DE 11 DE JULHO DE 2016

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Tembé das Aldeias Frasqueira e Itá Putyr – ATAFI, Município de Santa Luzia do Pará.

LEI N° 8.374, DE 11 DE JULHO DE 2016

Denomina de “Escola Estadual de Ensino Médio Professor Maurício Hamoy” a escola localizada na Rua Belém, s/n, no Bairro de São Francisco, no Município de Óbidos/PA.

LEI N° 8.375, DE 19 DE JULHO DE 2016

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2017 e dá outras providências.

LEI N° 8.376, DE 2 DE AGOSTO DE 2016

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Clube de Mães de Santana.

LEI N° 8.377, DE 2 DE AGOSTO DE 2016

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Pessoas com Epilepsia de Redenção - APER.

LEI N° 8.378, DE 2 DE AGOSTO DE 2016

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Micros e Pequenos Trabalhadores Rurais de Carrapatinho.

LEI N° 8.379, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016

Denomina de “Marcus Valério Barbosa” a Escola Estadual de Ensino Médio, situada na cidade de Redenção.

LEI N° 8.380, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016

Declara a “Música Gospel” como bem de natureza imaterial, integrante do Patrimônio Cultural Paraense.

LEI N° 8.381, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016

Institui no calendário oficial do Estado do Pará, o “Dia do Batedor de Açaí”, a ser comemorado todo dia 16 de outubro.

LEI N° 8.382, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Remanescentes de Quilombos do Cutuvelo - ARQC, Município de Garrafão do Norte/PA.

LEI N° 8.383, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016

Altera a Lei nº 6.345, de 28 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a criação do Fundo para o Desenvolvimento Sustentável da Base Produtiva do Estado do Pará - Banco do Produtor e dá outras providências.

LEI N° 8.384, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016

Institui o mês “Julho Amarelo” no âmbito do Estado do Pará, dedicado às ações preventivas e de combate às hepatites virais.

LEI N° 8.385, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre o Selo de Responsabilidade Cultural.

LEI N° 8.386, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016.

Altera o inciso V e revoga o inciso II, do art. 1º da Lei nº 8.288, de 23 de julho de 2015.

LEI N° 8.388, DE 22 DE SETEMBRO DE 2016

Dispõe sobre a promoção dos Oficiais da Polícia Militar do Pará (PMPA) e dá outras providências.

LEI N° 8.389, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Liga Atlética de Castanhal.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO 2016

ANEXO II – Demonstrativo da Remuneração de pessoal- Ativo poder unidade orçamentária: Ministério Público de contas do Estado do Pará.

LEI N° 8.390, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Moradores da Vila Santa Rosa.

LEI N° 8.391, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Grupo de Escudeiros Pioneiros do Brasil – GEPB.

LEI N° 8.392, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Projeto Semear – APSE.

LEI N° 8.393, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Comunitária Timóteo Alves.

LEI N° 8.394, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Mulheres de Goianésia do Pará.

LEI N° 8.395, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto de Desenvolvimento Humano e Social Beija-Flor.

LEI N° 8.396, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Igreja Pentecostal Reino de Fogo - IPERFO, no Município de Belém.

LEI N° 8.397, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Colônia de Pescadores Z-04 de São Caetano de Odivelas.

LEI N° 8.398, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação BeneficenteCosme e Damião.

LEI N° 8.399, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Muirapinima.

LEI N° 8.400, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Federação das Associações de Moradores e Comunidades do Assentamento Agroextrativistas - Gleba Lago Grande, do Município de Santarém.

LEI N° 8.401, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

Declara e reconhece de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Jovens Micros e Pequenos Agricultores de São Benedito/PA – AJOSB.

LEI N° 8.402, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Milton Fanja Sampaio, no Município de Benevides.

LEI N° 8.403, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016

Altera e revoga dispositivos na Lei Estadual nº 5.162-A, de 16 de outubro de 1984, que dispõe sobre o ingresso e promoções nos Quadros de Oficiais de Administração (QOA) e de Oficiais Especialistas (QOE).

LEI N° 8.404, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016

Altera, acrescenta e revoga dispositivos das Leis nº 5.834, de 15 de março de 1994, da Secretaria de Estado de Transportes; Nº 6.213, de 28 de abril de 1999, da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas; nº 6.563, de 1º de agosto de 2003, da Secretaria de Estado de Administração; nº 6.569, de 6 de agosto de 2003, da Escola de Governança Pública do Estado do Pará; nº 6.626, de 3 de fevereiro de 2004, da Polícia Militar do Pará; nº 7.017, de 24 de julho de 2007, da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica; Nº 7.028, de 30 de julho de 2007, da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda; nº 7.570, de 22 de novembro de 2011, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia; nº 7.593, de 28 de dezembro de 2011, da Secretaria de Estado de Turismo; nº 8.096, de 1º de janeiro de 2015, da estrutura da Administração Pública do Poder Executivo Estadual; nº 8.097, de 1º de janeiro de 2015, da Fundação PROPAZ e da Lei nº 8.322, de 14 de dezembro de 2015, da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará.

LEI N° 8.405, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016

Institui o dia 2 de dezembro, o Dia Estadual do Advogado Criminalista no Estado do Pará.

LEI N° 8.406, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016.

Dispõe sobre a indenização das férias e conversão em pecúnia das licenças prêmio dos servidores ativos do Ministério Público do Estado do Pará.

LEI N° 8.407, DE 25 DE OUTUBRO DE 2016

Altera dispositivos da Lei Estadual nº 5.251, de 31 de julho de 1985, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Militar do Pará e dá outras providências.

LEI N° 8.408, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2016

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Comunitária para o Desenvolvimento Sustentável de Tailândia – ACDST.

LEI N° 8.409, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2016

Institui o dia estadual da culinária paraense, a ser comemorado no dia 25 de julho.

LEI N° 8.410, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2016

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Pescadores e Agroextrativistas da Comunidade Furo Jararaca do Município de Muaná –

ASPEJARA.

LEI Nº 8.411, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2016

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Pequenos e Médios Produtores Rurais da Sapucaia e Região – APROSAR.

LEI Nº 8.412, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2016

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Organização dos Pesquisadores Acadêmicos – OPA.

LEI Nº 8.413, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2016

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Banda Nossa Senhora Sant’Ana.

LEI Nº 8.414, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2016

Declara a Associação Carnavalesca Bole Bole, como integrante do patrimônio cultural de natureza imaterial do Estado do Pará.

LEI Nº 8.415, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2016

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a organização não governamental Anjos do Bem de Bujaru.

LEI Nº 8.416, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2016

Institui no Estado do Pará o dia estadual da conscientização sobre a Síndrome de Down.

LEI Nº 8.417, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2016

Institui o Estatuto Paraense da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.

LEI Nº 8.418, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016

Denomina de “Guilherme Paraense” o Ginásio Poliesportivo integrante do Complexo do Estádio Olímpico do Pará – Mangueirão, em Belém do Pará.

LEI Nº 8.419, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo Olorum de Santa Luzia do Tracuateua, Território Quilombola do Jambuaçu, do Município de Moju.

LEI Nº 8.420, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Sindicato dos Agricultores e Agricultoras Familiares dos Municípios de Eldorado dos Carajás, Sapucaia, Xinguara e Rio Maria – SINTRAF.

LEI Nº 8.421, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto de Pessoas com Deficiência de Ananindeua – IPDA.

LEI Nº 8.422, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Sociedade Musical Portosalvense “25 de Dezembro” – Som 25, do Município de Vigia.

LEI Nº 8.423, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016

Institui a semana estadual da agricultura familiar, a ser comemorada, anualmente, na

última semana de julho em todo Estado do Pará.

LEI N° 8.424, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016

Institui o dia estadual da juventude.

LEI N° 8.425, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016

Cria o dia estadual da juventude evangélica.

LEI N° 8.426, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016

Dispõe sobre incentivos à inovação, à pesquisa científica e tecnológica e à engenharia não rotineira, visando ao desenvolvimento tecnológico, econômico, científico e social no contexto da competitividade e sustentabilidade do Estado do Pará, e dá outras providências.

LEI N° 8.427, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016

Cria o Programa de Educação Profissional e Tecnológica, no âmbito do Estado do Pará, denominado “Pará Profissional”, e dá outras providências.

LEI N° 8.428, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a revisão anual da remuneração dos servidores do Poder Judiciário do Estado do Pará.

LEI N° 8.429, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2016

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Pescadores e Moradores da Comunidade Quilombola de Mangueiras.

LEI N° 8.430, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2016

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Marabaense de Artes Marciais – AMAM.

LEI N° 8.431, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2016

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Centro Comunitário São Sebastião – CCSS.

LEI N° 8.432, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2016

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo Umarizal Centro, Boa Vista, Paritá Miri e Florestão – ACORQBU.

LEI N° 8.433, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2016

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Cristã Jovens de Cristo.

LEI N° 8.434, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2016

Institui no Calendário Histórico, Cultural e Turístico do Estado do Pará o dia da libertação dos escravos na Amazônia.

LEI N° 8.435, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2016

Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 4.491, de 28 de novembro de 1973, que institui novos valores de remuneração para policiais militares.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

LDO 2016- ANEXO III

LEI N° 8.439, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2016

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Moradores do Conjunto Residencial Ariri - AMCORA.

LEI N° 8.440, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2016

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Amigos dos Arquivos Públicos do Estado do Pará – ARQPEP.

LEI N° 8.441, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2016

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Ligas Desportivas do Estado do Pará- ALIDESP.

LEI N° 8.442, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2016

Declara a Banda de Música do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará, bem de natureza imaterial, integrante do patrimônio cultural paraense.

LEI N° 8.443, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2016

Dispõe sobre a inserção do tipo e do fator RH, na cédula de identidade, na forma que menciona.

LEI N° 8.446, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação da Rádio Comunitária de Alenquer.

LEI N° 8.447, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2016

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito na forma que menciona e dá outras providências.

LEI N° 8.448, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016

Dispõe sobre a inserção nos endereços eletrônicos dos órgãos públicos do Estado do Pará, de atalho para acesso a bancos de dados de pessoas desaparecidas.

LEI N° 8.449, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016

DECLARA E RECONHECE COMO DE UTILIDADE PÚBLICA PARA O ESTADO DO PARÁ, A COOPERATIVA DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE BREVES.

LEI N° 8.450, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Centro Social e Cultural Semente do Açaí.

LEI N° 8.451, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Comunitária Vitória Nossa – ACOVIN.

LEI N° 8.452, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI N° 7.368, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2009, QUE INSTITUI O FUNDO DE MODERNIZAÇÃO, REAPARELHAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ – FUMREAP/ TCM.

LEI N° 8.453, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

Declara e reconhece a Dança do Siriá, como integrante do patrimônio cultural de natureza imaterial do Estado do Pará.

LEI N° 8.454, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI N° 5.530, DE 13 DE JANEIRO DE 1989, QUE DISCIPLINA O IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO - ICMS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI N° 8.455, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE AS TAXAS NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI N° 8.456, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI N° 6.182, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1998, QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVO-TRIBUTÁRIOS DO ESTADO DO PARÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI N° 8.457, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016

ALTERA, ACRESCENTA E REVOGA DISPOSITIVOS DA LEI ESTADUAL N° 6.439, DE 14 DE JANEIRO DE 2002, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE ASSISTÊNCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEIS COMPLEMENTARES

LEI COMPLEMENTAR N° 104, DE 18 DE JANEIRO DE 2016

Altera o inciso I, alínea “a”, “1” e acrescenta o § 4º ao art. 42, e modifica o item 8.2 do Anexo I da Lei Complementar nº 053, de 7 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre a organização básica e fixa o efetivo da Polícia Militar – PMPA.

LEI COMPLEMENTAR N° 105, DE 23 DE MARÇO DE 2016

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 022, de 15 de março de 1994, que estabelece normas de organização, competências, garantias, direitos e deveres da Polícia Civil do Estado do Pará

LEI COMPLEMENTAR N° 106, DE 21 DE JULHO DE 2016

Dá nova redação e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 09, de 27 de janeiro de 1992, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Ministério Público de Contas do Estado, e revoga dispositivo da Lei Complementar nº 085, de 3 de janeiro de 2013.

LEI COMPLEMENTAR N° 107, DE 17 DE AGOSTO DE 2016

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 – Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR N° 108, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a criação de cargos no Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado do Pará.

LEI COMPLEMENTAR N° 109, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016

DISPÕE SOBRE A LEI ORGÂNICA DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ.

LEI COMPLEMENTAR N° 110, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 039, DE 9 DE JANEIRO DE 2002, QUE INSTITUI O REGIME DE PREVIDÊNCIA ESTADUAL DO PARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI COMPLEMENTAR Nº 111, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016

INSTITUI O REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO ÂMBITO DO ESTADO DO PARÁ, FIXA O LIMITE MÁXIMO PARA A CONCESSÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DE QUE TRATA O ART. 40 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, AUTORIZA A CRIAÇÃO DE ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NA FORMA DE FUNDAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI COMPLEMENTAR Nº 112, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 039, DE 9 DE JANEIRO DE 2002, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE PREVIDÊNCIA ESTADUAL DO PARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETOS LEGISLATIVOS

DECRETO LEGISLATIVO Nº 37/2015

Aprova o nome da Senhora ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES, membro do Ministério Público de Contas do Pará, para ocupar a vaga de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado do Pará.

DECRETOS

DECRETO Nº 1.466, DE 5 DE JANEIRO DE 2016

Homologa a Resolução nº 023, por meio da qual a Comissão da Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado do Pará aprova a transferência do incentivo fiscal outorgado por meio do Decreto nº 2.682, 15 de dezembro de 2006, que concede tratamento tributário às operações que especifica, realizadas pela empresa CASA GRANADO LABORATÓRIO, FARMÁCIA E DROGARIAS.

DECRETO Nº 1.467, DE 5 DE JANEIRO DE 2016

Altera dispositivo do Decreto nº 2.682, de 15 de dezembro de 2006, que concede tratamento tributário às operações que especifica, realizadas pela empresa CASA GRANADO LABORATÓRIO, FARMÁCIA E DROGARIAS S/A.

DECRETO Nº 1.468, DE 5 DE JANEIRO DE 2016

Homologa a Resolução nº 026, de 9 de novembro de 2015, por meio da qual a Comissão da Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado do Pará aprova a revogação do Decreto nº 2.739, de 28 de dezembro de 2006, que concede tratamento tributário às operações que especifica, realizadas pela empresa DA TERRA SIDERÚRGICA LTDA.

DECRETO Nº 1.469, DE 5 DE JANEIRO DE 2016

Revoga o Decreto nº 2.739, de 28 de dezembro de 2006, que concede tratamento tributário às operações que especifica, realizadas pela empresa DA TERRA SIDERÚRGICA LTDA.

DECRETO Nº 1.470, DE 5 DE JANEIRO DE 2016

Dispõe sobre a utilização do Sistema de Patrimônio Imobiliário do Estado - SISPAT

Imóveis, pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual e dá outras providências.

DECRETO N° 1.474, DE 8 DE JANEIRO DE 2016

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, situado no Município de Belém, Estado do Pará, e dá outras providências.

DECRETO N° 1.475, DE 8 DE JANEIRO DE 2016

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, situado no Município de Belém, Estado do Pará, e dá outras providências.

DECRETO N° 1.476, DE 8 DE JANEIRO DE 2016

Homologa a Resolução nº 040, de 27 de dezembro de 2013, por meio da qual a Comissão da Política de Incentivos Fiscais ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado do Pará aprova a alteração dos dispositivos do Decreto nº 2.728, de 28 de dezembro de 2006, que concede tratamento tributário às operações que específica, realizadas pela empresa SNACKS PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA.

DECRETO N° 1.477, DE 8 DE JANEIRO DE 2016

Altera dispositivos do Decreto nº 2.728, de 28 de dezembro de 2006, que concede tratamento tributário às operações que específica, realizadas pela empresa SNACKS PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA.

DECRETO N° 1.478, 8 DE JANEIRO DE 2016 (REPUBLICADO)

Torna facultativo, no dia 12 de janeiro de 2016, no município de Belém, o expediente nas repartições públicas integrantes da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado do Pará, e dá outras providências.

DECRETO N° 1.480, 20 DE JANEIRO DE 2016

Altera dispositivo do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS-PA, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001.

DECRETO DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

Designa Procurador do Estado para atuar junto ao Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários – TARF.

DECRETO N° 1479, DE 11 DE JANEIRO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por SUPERÁVIT, no valor de R\$ 286.693.663,09 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO N° 1.482, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2016

Dispõe sobre a constituição de Grupo Temático Estratégico de Desenvolvimento Harmônico Sustentável e Regionalizado no Estado do Pará.

DECRETO N° 1.483, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2016

Torna facultativo, nos dias 8 e 10 de fevereiro de 2016, o expediente nas repartições públicas integrantes da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado do Pará e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.484, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2016

Altera dispositivos do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001.

DECRETO Nº 1.489, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016

Institui e regulamenta a Comissão dos Sistemas de Informação e Telecomunicações - COSIT, e revoga o Decreto Estadual nº 144, de 25 de abril de 2007.

DECRETO Nº 1.490, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016

Qualifica como Organização Social o Instituto Social da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Bariri.

DECRETO Nº 1.491, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016

Qualifica como Organização Social o Instituto de Saúde Social e Ambiental da Amazônia – ISSAA

DECRETO Nº 1.493, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

Regulamenta o art. 15 da Lei nº 7.782, de 9 de janeiro de 2014, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores do Grupo Ocupacional de Fiscalização em Defesa e Inspeção Agropecuária - FDIA e do Grupo Ocupacional de Suporte Administrativo e Apoio à Defesa Agropecuária - SAA/DA, que integram a Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará - ADEPARÁ, e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.494, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016

Regulamenta o Prêmio Produtividade, instituído pelo art. 15 da Lei nº 7.782, de 9 de janeiro de 2014, e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.508, DE 3 DE MARÇO DE 2016

Dispõe sobre medidas administrativas que visam minimizar problemas de abastecimento de pescado, nas operações interestaduais, de peixe in natura, fresco, resfriado e curado (salgado), no período de 4 a 25 de março de 2016.

DECRETO Nº 1.509, DE 8 DE MARÇO DE 2016

Dispõe sobre os procedimentos relativos aos processos de criação e reestruturação de órgãos e entidades do Poder Executivo e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.510, DE 8 DE MARÇO DE 2016

Revoga o inciso III, do art. 8º do Decreto nº 386, de 23 de março de 2012, e altera a alínea “a”, do inciso VI, do referido artigo, incluído pelo Decreto nº 1.432, de 26 de novembro de 2015.

DECRETO DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

Designa Procurador do Estado para atuar junto ao Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários – TARF.

DECRETO Nº 1.512, DE 18 DE MARÇO DE 2016

Torna facultativo, no dia 24 de março de 2016, o expediente nas repartições públicas integrantes da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado do Pará, e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.513, DE 30 DE MARÇO DE 2016

Estabelece medidas de contenção de gastos com pessoal e outras despesas correntes, no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo, e dá outras providências.

DECRETO Nº 1481, DE 20 DE JANEIRO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por SUPERÁVIT, no valor de R\$ 146.653.220,46 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1485, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) orgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por SUPERÁVIT, no valor de R\$ 124.096.240,56 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1497, DE 1 DE MARÇO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 122.872.851,59 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1498, DE 1 DE MARÇO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 575.907,57 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1499, DE 1 DE MARÇO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 58.614.097,00 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1500, DE 1 DE MARÇO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 12.176.425,40 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1502, DE 1 DE MARÇO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 14.010.956,82 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1505, DE 1 DE MARÇO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por SUPERÁVIT, no valor de R\$ 40.099.642,42 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1506, DE 1 DE MARÇO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 9.340.387,10 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1507, DE 1 DE MARÇO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da

Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 654.570,00 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1.513, DE 30 DE MARÇO DE 2016 (REPUBLICADO)

Estabelece medidas de contenção de gastos com pessoal e outras despesas correntes, no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo, e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.522, DE 1º DE ABRIL DE 2016

Dispõe sobre a concessão de incentivos para a indústria do Açaí e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.523, DE 1º DE ABRIL DE 2016

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor do Estado do Pará a área que menciona, situada no Município de Santarém, Estado do Pará, objetivando a posterior criação e implantação do Distrito Industrial de Santarém e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.524, DE 1º DE ABRIL DE 2016

Altera dispositivos do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001.

DECRETO Nº 1.525, DE 1º DE ABRIL DE 2016

Altera dispositivos do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001.

DECRETO Nº 1.526, DE 1º DE ABRIL DE 2016

Altera o Decreto nº 490, de 1º de agosto de 2012, que regulamenta a Lei nº 7.632, de 22 de maio de 2012, que institui o Programa Nota Fiscal Cidadã, e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.530, DE 18 DE ABRIL DE 2016

Torna facultativo, no dia 22 de abril de 2016, o expediente nas repartições públicas integrantes da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado do Pará e dá outras providências.

DECRETO DE 19 DE ABRIL DE 2016

Fica concedida a Medalha do Mérito “TIRADENTES” às personalidades Civis e Militares.

DECRETO Nº 1.534, DE 2 DE MAIO DE 2016

Regulamenta a Lei nº 8.333, de 29 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a regulamentação do art. 7º da Lei Complementar nº 078, de 28 de dezembro de 2011, que institui a Lei Orgânica da Administração Tributária do Estado do Pará, disciplina as carreiras que a integram.

DECRETO N° 1.535, DE 2 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre a Constituição de Grupo de Trabalho Permanente do Tapajós – GT – Tapajós.

DECRETO Nº 1.536, DE 2 DE MAIO DE 2016

Homologa a Resolução nº 285/2016-CONSEP, de 2 de março de 2016, do Conselho Estadual de Segurança Pública, que trata do Regimento Interno da Comissão de Honraria e Mérito do CPC “Renato Chaves”.

DECRETO Nº 1.537, DE 6 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre a reestruturação da Comissão Estadual de Erradicação ao Trabalho Escravo – COETRAE/PA.,

DECRETO N° 1.538, DE 16 DE MAIO DE 2016

Fixa o montante de recursos financeiros destinados para a utilização como incentivo fiscal na realização de projetos culturais no Estado do Pará.

DECRETO Nº 1.539, DE 16 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre reserva de área urbana para posterior doação em favor da Prefeitura Municipal de Capanema, destinada à implantação de relevante projeto de natureza educacional naquele município, e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.540, DE 16 DE MAIO DE 2016

Retifica o perímetro relativo a área de terra integrante do patrimônio fundiário do Estado do Pará, reservada através do Decreto nº 803, de 19 de julho de 2013, para o Município de São Félix do Xingu, visando compor o patrimônio urbano daquele município e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.541, DE 16 DE MAIO DE 2016

Altera dispositivo do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS-PA, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001.

DECRETO Nº 1.543, DE 24 DE MAIO DE 2016

Torna facultativo, no dia 27 de maio de 2016, o expediente nas repartições públicas integrantes da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado do Pará, e dá outras providências.

DECRETO DE 25 DE MAIO DE 2016

Nomear JENIFFER DE BARROS RODRIGUES ARAÚJO para exercer o cargo de Defensor Público Geral da Defensoria Pública do Estado do Pará, para o biênio 2016/2018.

DECRETO Nº 1521, DE 31 DE MARÇO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 1.493.502,18 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1.546, DE 3 DE JUNHO DE 2016

Altera dispositivo do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS-PA, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001.

DECRETO Nº 1.547, DE 3 DE JUNHO DE 2016

Dispõe sobre a dispensa do preenchimento e entrega da Declaração de Substituição Tributária, Diferencial de Alíquotas e Antecipação - DeSTDA, referente às obrigações dos

contribuintes optantes do Simples Nacional para com o Estado do Pará.

DECRETO Nº 1.548, DE 3 DE JUNHO DE 2016

Altera dispositivo do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS-PA, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001.

DECRETO Nº 1.549, DE 3 DE JUNHO DE 2016

Altera dispositivo do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS-PA, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001.

DECRETO Nº 1.550, DE 3 DE JUNHO DE 2016

Altera dispositivos do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de

Comunicação - RICMS-PA, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001.

DECRETO Nº 1.556, DE 8 DE JUNHO DE 2016

Regulamenta o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Pará - CERH/PA e dá outras providências.

DECRETO DE 8 DE JUNHO DE 2016

Nomear, para o Conselho Fiscal do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará.

DECRETO Nº 1.566, DE 17 DE JUNHO DE 2016

Cria o Refúgio de Vida Silvestre Tabuleiro do Embaubal e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Vitória de Souzel, ambas no município de Senador José Porfírio e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.567, DE 17 DE JUNHO DE 2016

Cria a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Campo das Mangabas e o Refúgio de Vida Silvestre Pe. Sérgio Tonetto, ambas no Município de Maracanã e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.568, DE 17 DE JUNHO DE 2016

Cria o Polo de Gastronomia da Amazônia e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.570, DE 29 DE JUNHO DE 2016

Institui o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Pará – Pará 2030 e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.571, DE 29 DE JUNHO DE 2016

Dispõe sobre o Programa Estadual de Incentivo à Aviação Regional, VOE PARÁ, e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.572, DE 29 DE JUNHO DE 2016

Altera a denominação do Sistema Integrado de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará - SIDE e altera e inclui dispositivos no Decreto Estadual nº 1.353, de 25 de agosto de 2015, que o instituiu.

DECRETO N° 1.573, DE 29 DE JUNHO DE 2016

Dispõe sobre o Valor Adicionado, índices de Valor Adicionado e índices percentuais de distribuição, aos Municípios, das parcelas do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.

DECRETO DE 29 DE JUNHO DE 2016

Fica concedida a Medalha do Mérito “Bombeiro Militar D. Pedro II” às personalidades Civis e Militares.

DECRETO DE 5 DE JULHO DE 2016

Designa Procuradores do Estado para atuarem junto ao Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários – TARF.

DECRETO DE 5 DE JULHO DE 2016

Fica concedida, de acordo com os critérios previstos no Decreto nº. 2.115, de 23 de abril de 1997, Promoção Funcional, por antiguidade e merecimento, relativa ao período de abril de 2015, aos servidores integrantes do Grupo Polícia Civil, código GEP-700.

DECRETO Nº 1481-A, DE 20 DE JANEIRO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, no valor de R\$ 2.575.000,00 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1492, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por SUPERÁVIT, no valor de R\$ 242.534.982,97 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1501, DE 1 DE MARÇO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 18.803.622,20 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1503, DE 1 DE MARÇO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por SUPERÁVIT, no valor de R\$ 54.814.319,51 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1504, DE 1 DE MARÇO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por SUPERÁVIT, no valor de R\$ 25.769.789,68 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1514, DE 31 DE MARÇO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, no valor de R\$ 10.016.805,85 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1515, DE 31 DE MARÇO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 10.941.806,88 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1516, DE 31 DE MARÇO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por SUPERÁVIT, no valor de R\$ 27.985.022,23 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1517, DE 31 DE MARÇO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 17.817.694,04 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1518, DE 31 DE MARÇO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 8.635.022,27 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1519, DE 31 DE MARÇO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 22.039.631,24 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1520, DE 31 DE MARÇO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 4.650.299,00 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1531, DE 2 DE MAIO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por SUPERÁVIT, no valor de R\$ 36.469.908,90 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1542, DE 24 DE MAIO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por SUPERÁVIT, no valor de R\$ 7.430.917,92 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1544, DE 2 DE JUNHO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 6.493.162,09 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1551, DE 6 DE JUNHO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 9.473.617,60 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1553, DE 6 DE JUNHO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da

Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 3.730.760,37 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1563, DE 16 DE JUNHO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 4.639.323,19 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1.585, DE 19 DE JULHO DE 2016

Institui no âmbito da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, o Grupo de Trabalho para planejar, coordenar e articular medidas de segurança e preservação da ordem pública durante a realização do XVII Congresso Eucarístico Nacional, que se realizará em Belém - PA de 15 a 21 de agosto de 2016, e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.279, DE 8 DE MAIO DE 2015*(REPUBLICADO)

Dispõe sobre a reorganização dos cargos na carreira de Procurador Autárquico e Fundacional no âmbito da Administração Indireta do Poder Executivo e dá outras providências

DECRETO Nº 1.552, DE 6 DE JUNHO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por SUPERÁVIT, no valor de R\$ 19.193.012,10 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1.555, DE 6 DE JUNHO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 100.771.815,71 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1.558, DE 9 DE JUNHO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, no valor de R\$ 14.391.694,88 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1.559, DE 9 DE JUNHO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 5.218.784,80 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

D ECRETO Nº 1.560, DE 9 DE JUNHO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 2.661.700,65 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1.561, DE 16 DE JUNHO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 5.181.804,76 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1.564, DE 16 DE JUNHO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da

Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 13.449.992,65 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1.587, DE 8 DE AGOSTO DE 2016

Institui o Programa de Regularização Fiscal - PROREFIS e dá outras providências.

DECRETO S/N, DE 19 DE AGOSTO DE 2016

Nomear, de acordo com o art. 135, inciso XIV, da Constituição Estadual, combinado com a Lei nº. 099, de 1º de janeiro de 2015, OPHIR FILGUEIRAS CAVALCANTE JUNIOR para exercer o cargo de Procurador-Geral do Estado, a contar de 22 de agosto de 2016.

DECRETO S/N, DE 19 DE AGOSTO DE 2016

Nomear, de acordo com o art. 135, inciso XIV, da Constituição Estadual, combinado com a Lei nº. 099, de 1º de janeiro de 2015, SORAYA FERNANDES DA SILVA LEITÃO para exercer o cargo de Procurador-Geral Adjunto Administrativo, com lotação na Procuradoria-Geral do Estado, a contar de 22 de agosto de 2016.

DECRETO S/N, DE 19 DE AGOSTO DE 2016

Nomear, de acordo com o art. 135, inciso XIV, da Constituição Estadual, combinado com a Lei nº. 099, de 1º de janeiro de 2015, HENRIQUE NOBRE REIS para exercer o cargo de Procurador- Geral Adjunto do Contencioso, com lotação na Procuradoria- Geral do Estado, a contar de 22 de agosto de 2016.

DECRETO S/N 2016

Reconduz membros para compor o Conselho Estadual de Trânsito – CETRAN/PA.

DECRETO S/N 2016

Ficam promovidos ao posto imediato, nos quadros correspondentes, pelos critérios de Merecimento e Antiguidade, os oficiais do Corpo de Bombeiros Militar do Pará abaixo nominados, a contar de 25 de setembro de 2016.

DECRETO S/N 2016

Ficam promovidos ao posto imediato, nos quadros correspondentes, pelos critérios de Merecimento e Antiguidade, os Oficiais da Policia Militar do Pará a seguir nominados, a contar de 25 de setembro de 2016.

DECRETO S/N 2016

Fica concedida a Medalha de Bons Serviços Prestados aos Policiais Militares a seguir nominados, pertencentes à Polícia Militar do Pará

DECRETO S/N 2016

Fica concedida a Medalha da Ordem do Mérito Policial Militar “CORONEL FONTOURA” às personalidades Civis e Militares a seguir nominadas

DECRETO S/N 2016

Ficam promovidos ao posto imediato, nos quadros correspondentes, os oficiais da Polícia Militar do Pará abaixo nominados, a contar de 25 de setembro de 2016

DECRETO Nº 1.365, DE 1º DE SETEMBRO DE 2015

Concede Pensão Policial-Militar em favor de ANA CLARA DE OLIVEIRA FERREIRA, filha menor do falecido Soldado PM ALEXSANDRE DE CASTRO FERREIRA.

DECRETO Nº 1.529, DE 15 DE ABRIL DE 2016

Concede Pensão Especial em favor de LEILA PATRÍCIA DOS REIS NASCIMENTO PALHA, ANA CAROLINA NASCIMENTO PALHA, e ANA LUIZA NASCIMENTO PALHA, viúva e filhas menores do Investigador de Polícia Civil DORIVALDO DE JESUS PALHA.

DECRETO Nº 1554, DE 6 DE JUNHO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 5.275.010,74 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1562, DE 16 DE JUNHO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por SUPERÁVIT, no valor de R\$ 25.343.916,93 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1565, DE 16 DE JUNHO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 19.809.160,49 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1574, DE 30 DE JUNHO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 20.419.709,60 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1575, DE 30 DE JUNHO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 49.927.458,75 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1576, DE 30 DE JUNHO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 66.926.417,51 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1579, DE 30 DE JUNHO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 25.864.404,47 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1580, DE 30 DE JUNHO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, no valor de R\$ 3.242.501,16 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1.582, DE 7 DE JULHO DE 2016

Retifica o Decreto nº 880, de 29 de outubro de 2013, que concede Pensão Policial-Militar em favor da senhora MICHERLE AMICAR FERREIRA SANTOS e LUCAS ALESSANDRO SANTOS MOREIRA, viúva e filho menor do Cabo BM SILVIO ALESSANDRO MOREIRA.

DECRETO Nº 1593, DE 1 DE SETEMBRO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 35.856.930,07 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1594, DE 1 DE SETEMBRO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, no valor de R\$ 12.603.528,16 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1595, DE 1 DE SETEMBRO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por SUPERÁVIT, no valor de R\$ 17.628.046,39 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1597, DE 1 DE SETEMBRO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 57.874.902,33 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1598, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 3.449.850,18 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1602, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 1.810.356,01 para reforço

DECRETO Nº 1603, DE 15 DE SETEMBRO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 17.753.120,77 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1605, DE 15 DE SETEMBRO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 9.740.879,72 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1.622, DE 5 DE OUTUBRO DE 2016

Torna facultativo o expediente nas repartições públicas integrantes da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.623, DE 17 DE OUTUBRO DE 2016

Altera dispositivos do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001.

DECRETO Nº 1.625, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016

Regulamenta a Lei Complementar nº 053, de 7 de fevereiro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 093, de 15 de janeiro de 2014, que dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Estado do Pará, e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.626, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016

Aprova o Regimento Interno da Secretaria de Estado de Administração – SEAD.

DECRETO Nº 1.627, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016

Disciplina o processo seletivo simplificado para a contratação de servidor temporário, prevista no art. 36, da Constituição do Estado do Pará, no âmbito da Administração Direta, Autarquias e Fundações Públicas.

DECRETO Nº 1.628, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016

Dispõe sobre as regras para simplificação do processo de abertura, alteração e baixa de empresas no Estado do Pará, instituindo o sistema integrador da REDESIM, denominado Integrador Pará, e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.629, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016

Estabelece o limite máximo de receita bruta anual, para efeito de recolhimento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, na forma do Simples Nacional, para o ano-calendário de 2017.

DECRETO Nº 1.630, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016

Homologa a Resolução nº 290/2016- CONSEP, de 8 de junho de 2016, do Conselho Estadual de Segurança Pública, que trata da criação de comissão técnica e define competências.

DECRETO Nº 1.631, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016

Homologa a Resolução nº 294/2016 CONSEP, de 24 de junho de 2016, do Conselho Estadual de Segurança Pública, que aprovou o Relatório de Atividades do Grupo de Acompanhamento da Letalidade e Mortalidade/GALM-CONSEP/Ano 2013, alterou as Resoluções do CONSEP Nós 173/11 e 204/12 e ainda complementou a Resolução nº 202/12/CONSEP.

DECRETO Nº 1.632, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016

Homologa a Resolução nº 295/2016-CONSEP, de 10 de agosto de 2016, do Conselho Estadual de Segurança Pública, que aprova com ressalva, o Relatório conclusivo do Processo nº 08/2015- CONSEP - “Viabilidade da Instituição e implementação do Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Pará e do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Pará, e dá outras providências”.

DECRETO Nº 1.633, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016

Altera dispositivo do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS-PA, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001.

DECRETO Nº 1.635, DE 25 DE OUTUBRO DE 2016

Faculta o expediente nos órgãos públicos integrantes da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.634, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016

Altera dispositivo do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS-PA, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001.

DECRETO Nº 1.636, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016

Aprova o Regulamento do Fundo para o Desenvolvimento Sustentável da Base Produtiva do Estado do Pará – CRÉDITO DO PRODUTOR, criado pela Lei nº 6.345, de 28 de dezembro de 2000, alterada pela Lei nº 8.383, de 5 de setembro de 2016.

DECRETO Nº 1.637, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016

Altera o art. 1º do Decreto nº 436, de 24 de setembro de 2007.

DECRETO Nº 1.638, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016

Altera o art. 1º do Decreto nº 447, de 24 de setembro de 2007.

DECRETO Nº 1.639, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016

Declara de utilidade pública, para fins de servidão administrativa, o imóvel que menciona, situado no Município de Marabá, Estado do Pará, e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.640, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016

Declara de utilidade pública, para fins de servidão administrativa, o imóvel que menciona, situado no Município de Belém, Estado do Pará, e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.649, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2016

Homologa a Resolução nº 298/16 – CONSEP, de 25 de outubro de 2016, do Conselho Estadual de Segurança Pública, que cria e constitui a Comissão Especial encarregada do processo de escolha dos membros do CONSEP, representantes das entidades de classe dos órgãos do SIEDS

DECRETO Nº 1.650, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2016

Homologa a Resolução nº 300/CONSEP – Ano 2016, de 25 de outubro de 2016, do Conselho Estadual de Segurança Pública, que trata da “Criação e constituição da Comissão Técnica responsável pelo desenvolvimento do Processo Eleitoral da Ouvidoria do SIEDS – Biênio 2017/2018.”

DECRETO Nº 1.653, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2016

Altera o Decreto Estadual no 1.379, de 3 de setembro de 2015, que cria o Programa de Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais do Estado do Pará – PRA

DECRETO Nº 1.663, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016

Altera dispositivos do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS-PA, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001.

DECRETO Nº 1596, DE 1 DE SETEMBRO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 117.238.509,17 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1600, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 34.384.055,35 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1577, DE 30 DE JUNHO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por SUPERÁVIT, no valor de R\$ 72.859.223,63 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1578, DE 30 DE JUNHO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 5.819.974,65 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1599, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 9.788.300,92 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1614, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 8.786.443,64 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1612, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 106.882.806,20 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1601, DE 5 DE SETEMBRO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 18.168.057,77 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1607, DE 15 DE SETEMBRO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 9.398.471,52 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1610, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por SUPERÁVIT, no valor de R\$ 15.777.739,13 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1664, DE 22 DEZEMBRO DE 2016

Homologa a Resolução nº 299/16 – CONSEP, de 25 de outubro de 2016, do Conselho Estadual de Segurança Pública, que trata da “Criação da Comissão Especial coordenadora da eleição do Presidente e Vice-Presidente do Comitê Integrado de Corregedores de Segurança Pública – CICSP.”

DECRETO Nº 1606, DE 15 DE SETEMBRO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 53.633.710,75 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1620, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por SUPERÁVIT, no valor de R\$ 29.894.001,24 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1609, DE 27 DE SETEMBRO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, no valor de R\$ 992.781,29 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1643, DE 1 DE DEZEMBRO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 4.176.069,05 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1615, DE 30 DE SETEMBRO DE 2016

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 20.003.324,24 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1.665, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016

Dispõe sobre a instalação de Unidade de Atendimento à População “ESTAÇÃO CIDADANIA”.

DECRETO Nº 1.666, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2016

“Homologa a Resolução nº 304/2016-CONSEP, de 16 de novembro de 2016, do Conselho Estadual de Segurança Pública, que estabelece o Regimento Interno que regulamenta a competência, a organização, o funcionamento e as atribuições da Ouvidoria do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social, e dá outras providências.”

DECRETO Nº 1.667, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre as regras de governança destinadas às empresas públicas e sociedades de economia mista do Estado do Pará, na forma do § 3º do art. 1º da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.668, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016

Dispõe sobre a concessão de desconto pela antecipação do pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.669, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016

Dispõe sobre a alteração do Decreto Estadual nº 730, de 7 de maio de 2013, alterado pelo Decreto Estadual nº 1.285, de 15 de maio de 2015, que regulamenta, no âmbito do Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, a Câmara Estadual Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional, criada pela Lei Estadual nº 7.580, de 20 de dezembro de 2011.

DECRETO Nº 1.670, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016

Altera dispositivos do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001

DECRETO Nº 1.671, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016

Altera dispositivos do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS-PA, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001.

DECRETO Nº 1.672, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2016

Regulamenta a Lei nº 8.388, de 22 de setembro de 2016, que dispõe sobre a promoção de Oficiais da Polícia Militar do Pará (PMPA) e dá outras providências

PORTARIAS**PORTRARIA Nº 023 DE 05 DE JANEIRO DE 2016- SEMAS**

Dispõe sobre o embargo administrativo de áreas irregularmente desmatadas, nos termos da Instrução Normativa no 07, de 19 de novembro de 2014, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará – SEMAS/PA.

PORTRARIA Nº 031, DE 07 DE JANEIRO DE 2016- SEMAS

Institui a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos e a Subcomissão de Avaliação de Documentos, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará - SEMAS/PA, conforme art. 18 do Decreto Federal no 4.073, de 3 de janeiro de 2002, e Resolução no 40, de 9 de dezembro de 2014, do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ, e dá outras providências.

PORTRARIA Nº 57/ 2016- SESPA

Dispõe Sobre a Criação da Sala de Situação para enfrentar o Aedes aegypti no Estado do Pará.

PORTRARIA Nº 001, DE 05 DE JANEIRO DE 2016- ITERPA

Fica autorizada a regularização fundiária da área aforada mediante RESGATE em regime especial da “FAZENDA CALIFÓRNIA”, com 1.683ha95a52ca (um mil, seiscentos e oitenta e três hectares, noventa e cinco ares e cinquenta e dois centiares), situada no Município de MARABÁ, Estado do Pará, em favor do REINALDO JOSÉ ZUCATELLI.

PORTRARIA Nº 002, DE 05 DE JANEIRO DE 2016- ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 201,7847ha (duzentos e um hectares, setenta e oito ares e quarenta e sete centiares), inserta no Município de Ipixuna do Pará, denominada “SÍTIO CANDIRUZINHO”, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA.

PORTRARIA Nº 004, DE 07 DE JANEIRO DE 2016- ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 14.006,5994ha (quatorze mil e seis hectares, cinquenta e nove ares e noventa e quatro centiares), inserta no Município de Paragominas, denominada “GLEBA BAIXO URAIM”, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA.

PORTRARIA Nº 005, DE 07 DE JANEIRO DE 2016-ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 168,2507ha (cento e sessenta e oito hectares, vinte e cinco ares e sete centiares), inserta no Município de Vigia, denominada “FAZENDA SENZALA I”,

com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo, elaborado pelo ITERPA.

PORTARIA Nº 5.083, DE 28 DE JANEIRO DE 2015- ADEPARÁ

Tornar obrigatória a implantação dos Programas de Autocontrole nos estabelecimentos de produtos de origem animal registrados no Serviço de Inspeção Estadual do Pará (SIE/PA), da Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (ADEPARÁ).

PORTARIA Nº 044, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016- ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 332,3805ha (trezentos e trinta e dois hectares, trinta e oito ares e cinco centiares), inserta no Município de São Francisco do Pará, denominada “FAZENDA SANTANA”, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA.

PORTARIA Nº 179 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016- SEMAS

Dispõe sobre os Municípios do Estado do Pará que possuem capacidade para exercer a gestão ambiental municipal e dá outras providências.

PORTARIA Nº 181, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2016- SEMAS

Altera a Portaria nº 31, de 7 de janeiro de 2016, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará - SEMAS/PA.

PORTARIA Nº 311/2016-GAB/SEMAS

Institui o Grupo de Trabalho, para fins de apoiar a elaboração do Termo de Referência e acompanhar a contratação da empresa que será responsável por desenvolver e implantar o sistema de gestão de recursos hídricos, no âmbito do Estado do Pará, e dá outras providências.

PORTARIA Nº 096 DE 08 DE MARÇO DE 2016 – IDEFLOR-BIO

Renova e nomeia a composição do Conselho da Área de Proteção Ambiental “Triunfo do Xingu” - ATX

PORTARIA Nº 0198, DE 16 DE MARÇO DE 2016- ITERPA

O Presidente do Instituto de Terras do Pará - ITERPA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 5º, alíneas “g” e “k” da Lei Estadual n. 4.584, de 08 de outubro de 1975.

PORTARIA Nº 572/2016-CCG DE 6 DE ABRIL DE 2016- CCG

Fica instituído o Comitê Gestor dos Jogos Paraolímpicos de Goalball para a seletiva das regiões Centro-Oeste e Norte de Goalball.

PORTARIA Nº 174, DE 08 DE ABRIL DE 2016- IDEFLOR- BIO

Renova a composição do Conselho Gestor da Unidade de Conservação “Área de Proteção Ambiental São Geraldo do Araguaia - APA Araguaia”.

PORTARIA Nº 175, DE 08 DE ABRIL DE 2016- IDEFLOR- BIO

Renova a composição do Conselho Gestor da Unidade de Conservação “Área de Proteção Ambiental Algodoal-Maiandeuá”.

PORTARIA Nº 445 DE 06 DE ABRIL DE 2016- SEFA

Fixa o quadro de lotação de pessoal ideal por unidade fazendária dos servidores das carreiras da Administração Tributária da Secretaria de Estado da Fazenda e dá outras

providências.

PORTARIA Nº 215/2016- SUSIPE

Altera e acrescenta dispositivos no Regulamento de Visitas da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará, homologado pela PORTARIA Nº 1.299, de 30 de novembro de 2009.

PORTARIA Nº 021/2016, DE 08 DE ABRIL DE 2016- AGE

Dispõe sobre os prazos para elaboração, implementação e envio do Plano Permanente de Providências AGE - PPP AGE e para realização, registro e envio do Resultado de Monitoramento do Plano Permanente de Providências - RMPPP AGE, para o Exercício 2015, de que trata o Art. 12 da Portaria AGE Nº 022/2015, de 13/05/2015.

PORTARIA Nº 097, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016- ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 5,3648ha (cinco hectares, trinta e seis ares e quarenta e oito centiares), inserta no Município de Benevides, denominada “SÍTIO PICOTINHA”, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA.

PORTARIA Nº 228 DE 27 DE ABRIL DE 2016- IDEFLOR-BIO

Tornar público o Plano Anual de Outorga Florestal do Estado - PAOF 2016.

PORTARIA Nº 0238, DE 30 DE MARÇO DE 2016- ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 11,7741ha (onze hectares, setenta e sete ares e quarenta e um centiares), inserta no Município de Santa Izabel do Pará, denominada “SÍTIO VIVENDA SAMPAIO DE BRITO”, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA.

PORTARIA Nº 0275, DE 15 DE ABRIL DE 2016- ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 28,0329 ha (vinte e oito hectares, três ares e vinte e nove centiares), inserta no Município de Ananindeua, sem denominação, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA.

PORTARIA Nº 0282, DE 19 DE ABRIL DE 2016- ITERPA

Retifica a PORTARIA Nº 02360, de 17 de setembro de 2010, publicada no DOE nº 31.755, de 20 de setembro de 2010 que cria o Projeto Estadual de Assentamento Sustentável (PEAS) denominado LOURIVAL SANTANA, localizado no Município de ELDORADO DOS CARAJÁS, Estado do Pará.

PORTARIA Nº 24, DE 28 DE MARÇO DE 2016 – SEPLAN

Alterar o montante aprovado na Programação Orçamentária e no Cronograma Mensal de Desembolso dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, do primeiro quadrimestre do exercício de 2016.

PORTARIA Nº 30, DE 05/04/2016 – SEPLAN

Alterar a Modalidade de Aplicação e o(s) elemento(s) de despesa no valor de R\$ 14.583.736,14 (Quatorze Milhões, Quinhentos e Oitenta e Três Mil, Setecentos e Trinta e Seis Reais e Quatorze Centavos), na(s) dotação(ões) do(s) elemento(s) de

despesa(s) da(s) Unidade(s) Orçamentária(s), conforme o(s) inciso(s) II do art. 16 da LOA 2016.

PORATARIA Nº 31, DE 12 DE ABRIL DE 2016 – SEPLAN

Reducir no montante de R\$ 4.506.948,08 (Quatro Milhões, Quinhentos e Seis Mil, Novecentos e Quarenta e Oito Reais e Oito Centavos), a quota do primeiro quadrimestre, referente ao(s) grupo(s) de despesa(s) da(s) Unidade(s) Orçamentária(s).

PORATARIA Nº 32, DE 19/04/2016 – SEPLAN

Alterar a Modalidade de Aplicação e o(s) elemento(s) de despesa no valor de R\$ 297.189,60 (Duzentos e Noventa e Sete Mil, Cento e Oitenta e Nove Reais e Sessenta Centavos), na(s) dotação(ões) do(s) elemento(s) de despesa(s) da(s) Unidade(s) Orçamentária(s).

PORATARIA Nº 35, DE 28 DE ABRIL DE 2016 – SEPLAN

Reducir no montante de R\$ 13.655,00 (Treze Mil, Seiscentos e Cinquenta e Cinco Reais), a quota do primeiro quadrimestre, referente ao(s) grupo(s) de despesa(s) da(s) Unidade(s) Orçamentária(s).

PORATARIA Nº 0320, DE 13 DE MAIO DE 2016 – ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 54,4299ha (cinquenta e quatro hectares, quarenta e dois ares e noventa e nove centiares), inserta no Município de São Francisco do Pará, denominada “FAZENDA XINGÚ I”, com limites, confrontações e demais especifi cações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA.

PORATARIA Nº 796, DE 05 DE MAIO DE 2016 – SEMAS

Altera a Portaria Nº 317, de 24 de março de 2015, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará - SEMAS/PA, que dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho Permanente do ICMS Verde.

PORATARIA Nº 908, 19 DE MAIO DE 2016 – SEMAS

Dispõe sobre o embargo administrativo de áreas irregularmente desmatadas, nos termos da Instrução Normativa no 07, de 19 de novembro de 2014, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará – SEMAS/PA.

PORATARIA Nº 2034/2016 – TJ/PA

Declarar, em caráter excepcional, ponto facultativo no dia 27 de maio de 2016 com a consequente suspensão do expediente interno das unidades administrativas e judiciárias, dos prazos processuais, das audiências e do atendimento ao público em todos os órgãos do Poder Judiciário do Estado do Pará, sem prejuízo do plantão judicial e dos serviços essenciais.

PORATARIA Nº 7477, DE 13 DE MAIO DE 2016 – ADEPARÁ

Dispõe sobre a realização do Estudo Epidemiológico da Incidência e da Prevalência da Brucelose e da Tuberculose Animal no âmbito do Estado do Pará.

PORATARIA Nº 0334, DE 23 DE MAIO DE 2016 - ITERPA

Cria o Projeto Estadual de Assentamento Agroextrativista (PEAEX) MAMURU, localizado nos Municípios de Juruti e Aveiro, Estado do Pará.

PORATARIA Nº 990, DE 03, DE JUNHO DE 2016 – SEMAS

Torna público os dados, informações e índices provisórios referentes ao repasse do ICMS Verde aos municípios e dá outras providências.

PORATARIA GAB/SEMAS Nº1018, DE 06 DE JUNHO DE 2016 - SEMAS

Dispõe sobre o embargo administrativo de áreas irregularmente desmatadas, nos termos da Instrução Normativa no 07, de 19 de novembro de 2014, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará – SEMAS/PA.

PORATARIA Nº 699 DE 07 DE JUNHO DE 2016 – SEFA

Informar o valor da Quota do ICMS aos Municípios ICMS - período de 01 a 31 de maio de 2016.

PORATARIA Nº 700 DE 07 DE JUNHO DE 2016 - SEFA

Informar o valor da Quota do ICMS aos Municípios IPI - mês de MAIO de 2016.

PORATARIA Nº 701 , DE 07 DE JUNHO DE 2016 - SEFA

Informar o valor da Quota do IPVA aos Municípios IPVA - de 01 A 31 de maio de 2016.

PORATARIA Nº 2021/2016-MP/PGJ - MINISTÉRIO PÚBLICO

Aprova o Plano de Classificação de Documentos e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos, a serem adotados pelo Ministério Público do Estado do Pará, e dá outras providências.

PORATARIA Nº 0390, DE 17 DE JUNHO DE 2016 - ITERPA

RETIFICAR a área da “Gleba Urucuré”, localizada no Município de Acará, de 19.507,1759 ha para 19.285,5696 ha (dezenove mil, duzentos e oitenta e cinco hectares, cinqüenta e seis ares e noventa e seis centiares), conforme Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA.

PORATARIA Nº. 098 DE 23 DE JUNHO DE 2016 – EGPA

Determinar que os cursos/oficinas ofertados por esta autarquia somente serão ministrados por instrutores devidamente credenciados no banco de dados da EGPA.

PORATARIA Nº. 3047 DE 29 DE JUNHO DE 2016 – TJ/PA

Declarar, em caráter excepcional, ponto facultativo nos dias 1º, 8, 15, 22 e 29 de julho de 2016, com a consequente suspensão do expediente das unidades administrativas e judiciárias e dos prazos processuais em todos os órgãos do Poder Judiciário do Estado do Pará.

PORATARIA CONJUNTA N º 01/2016 – GP/VP/CJRMB- TJ/PA

Normatiza e padroniza recebimento de petições no âmbito de protocolo judicial e administrativo da Comarca de Belém.

PORATARIA Nº 522 DE 21 DE JUNHO DE 2016- STJ

Comunica que durante o período de 2 a 31 de julho os prazos processuais ficarão suspensos e o expediente da Secretaria do Tribunal será das 13 horas às 18 horas, inclusive para atendimento ao público externo.

PORATARIA Nº 112, DE 14 DE JUNHO DE 2016- STF

Comunicar que durante o período de 4 a 29 de julho de 2016 os prazos processuais ficarão suspensos e o expediente na Secretaria do Tribunal será das 13 às 18 horas.

PORTRARIA Nº 0371, DE 13 DE JUNHO DE 2016. ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 90,9821ha (noventa hectares, noventa e oito ares e vinte e um centiares), inserta no Município de Aurora do Pará, denominada "FAZENDA BURITI - I", com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA.

PORTRARIA Nº 0400, DE 20 DE JUNHO DE 2016. ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 338,6957ha (trezentos e trinta e oito hectares, sessenta e nove ares e cinqüenta e sete centiares), inserta nos Municípios de Magalhães Barata, com 264,0994ha e Maracanã com 74,5962ha, denominada "FAZENDA BEIJA FLOR I", com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA.

PORTRARIA Nº 0401, DE 20 DE JUNHO DE 2016. ITERPA

O Presidente do Instituto de Terras do Pará - ITERPA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 5º, alíneas "g" e "k" da Lei Estadual n. 4.584, de 08 de outubro de 1975.

PORTRARIA Nº 892/2016- SEDUC

A execução do Programa de Melhoria da Qualidade e Expansão da Cobertura Básica no Estado do Pará (Contrato de Empréstimo BRL1327/OC-BR) firmado entre SEDUC - Secretaria de Educação do Pará junto ao BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento.

PORTRARIA Nº 137, DE 27 DE JULHO DE 2016 - STF

O expediente da Secretaria do Tribunal e o atendimento ao público externo no dia 4 de agosto de 2016 será das 8h às 13h, em razão dos eventos esportivos que ocorrerão em Brasília, no âmbito dos Jogos Olímpicos.

PORTRARIA Nº 456/2016- GAB/SUSIPE

Dispõe acerca da regulamentação dos procedimentos a serem adotados pelas unidades prisionais e demais setores competentes acerca das solicitações de trabalho externo das pessoas presas nos termos dos art. 36 e 37 da Lei Federal nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal e dá outras providências.

PORTRARIA Nº 596, DE 20 DE JULHO DE 2016 -STJ

Comunica que não haverá expediente na Secretaria do Tribunal no dia 11 de agosto de 2016 (quinta-feira), em decorrência do disposto no art. 81, § 2º, inciso IV, do Regimento Interno.

PORTRARIA Nº 0204, DE 17 DE MARÇO DE 2016 - ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 1,2464ha (um hectare, vinte e quatro ares e sessenta e quatro centiares), inserta no Município de Barcarena, denominada "SÍTIO MANANCIAL", com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA

PORTRARIA Nº 0456, DE 13 DE JULHO DE 2016 - ITERPA

ARRECADAR, áreas de terras devolutas, incorporando-as ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 9.418,9737 (nove mil, quatrocentos e dezoito hectares,

noventa e sete ares e trinta e sete centiares), denominada “Gleba Aipií”, situada no Município de Moju, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA

PORTRARIA Nº 0457, DE 13 DE JULHO DE 2016 - ITERPA

ARRECADAR, áreas de terras devolutas, incorporando-as ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 1.628,4210 (mil, seiscentos e vinte e oito hectares, quarenta e dois ares e dez centiares), denominada “Gleba União”, situada no Município de Tomé-Açu, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA

PORTRARIA Nº 0458, DE 13 DE JULHO DE 2016- ITERPA

ARRECADAR, áreas de terras devolutas, incorporando-as ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 1.445,3469 (mil, quatrocentos e quarenta e cinco hectares, trinta e quatro ares e sessenta e nove centiares), denominada “Gleba Nova Estréla”, situada no Município de Tomé-Açu, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA

PORTRARIA Nº 0497 DE 02 DE AGOSTO DE 2016 - ITERPA

Cria o Projeto Estadual de Assentamento Agroextrativista (PEAEX) denominado ASSIMPEX, localizado no Município de Portel, Estado do Pará.

PORTRARIA Nº 0507, DE 02 DE AGOSTO DE 2016- ITERPA

ARRECADAR, áreas de terras devolutas, incorporando-as ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 16.603,0388 (dezesseis mil seiscentos e três hectares, três ares e oitenta e oito centiares), denominada “Gleba Nova Esperança 2”, situada no Município de Santa Maria das Barreiras, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA

PORTRARIA Nº 0508, DE 02 DE AGOSTO DE 2016 - ITERPA

ARRECADAR, áreas de terras devolutas, incorporando-as ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 20.084,5802 (vinte mil e oitenta e quatro hectares, cinquenta e oito ares e dois centiares), denominada “Gleba Nova Esperança 3”, situada no Município de Santa Maria das Barreiras, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA

PORTRARIA Nº 0509, DE 02 DE AGOSTO DE 2016 -ITERPA

ARRECADAR, áreas de terras devolutas, incorporando-as ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 1.932,9951ha (mil novecentos e trinta e dois hectares, noventa e nove ares e cinquenta e um centiares), denominada “Associação Remanescente de Quilombos da Ilha Grande do Cupijó”, situada no Município de Cametá, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA

PORTRARIA Nº 0510, DE 02 DE AGOSTO DE 2016 -ITERPA

ARRECADAR, áreas de terras devolutas, incorporando-as ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 50.340,2883 (cinquenta mil trezentos e quarenta hectares, vinte e oito ares e oitenta e tres centiares), denominada “Gleba Rio Capivara”, situada no Município de São Félix do Xingú, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA

PORATARIA Nº 0511, DE 02 DE AGOSTO DE 2016 - ITERPA

ARRECADAR, áreas de terras devolutas, incorporando-as ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 86.452,7228ha (oitenta e seis mil quatrocentos e cinqüenta e dois hectares, setenta e dois ares e vinte e oito centiares), denominada “Gleba Apeí”, situada no Município de Mojú, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA

PORATARIA Nº 0512, DE 02 DE AGOSTO DE 2016 - ITERPA

ARRECADAR, áreas de terras devolutas, incorporando-as ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 66.751,5901ha (sessenta e seis mil setecentos e cinqüenta e um hectares, cinquenta e nove ares e um centiares), denominada “Gleba Abaeté”, situada no Município de Abaetetuba, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA

PORATARIA Nº 1.296, DE 11 DE AGOSTO DE 2016 - ITERPA

Dispõe sobre os procedimentos a serem observados com relação ao benefício fiscal que concede isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS nas saídas, internas e interestaduais, promovidas pelos estabelecimentos fabricantes ou por seus revendedores autorizados, de automóveis novos de passageiros equipados com motor de cilindrada não superior a dois mil centímetros cúbicos (2.0l), quando destinados a motoristas profissionais (taxistas).

PORATARIA Nº 1.421 DE 12 AGOSTO DE 2016 - SEMAS

Dispõe sobre a atualização da Portaria nº 179, de 11 de fevereiro de 2016 e dá outras providências.

PORATARIA N° 4.742/2016-MP/PGJ

Dispõe sobre a autorização para desconto em folha da negociação da antecipação de parcelas referentes à diferença da Parcela Autônoma de Equivalência (PAE)

PORATARIA N° 5.241/2016-MP/PGJ

Estabelece o quantitativo de vagas em cada nível que compõe o sistema de carreira do servidor do Ministério Público do Estado do Pará e dá outras providências.

PORATARIA N° 5.242/2016-MP/PGJ

Estabelece critérios para promoção por merecimento no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará.

PORATARIA Nº 0575, DE 30 DE AGOSTO DE 2016 - ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 255,3498ha (duzentos e cinquenta e cinco hectares, trinta e quatro ares e noventa e oito centiares), inserta no Município de Aurora do Pará, denominada “FAZENDA MADRUGADA I”, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA

PORATARIA Nº 0590, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016 -ITERPA

ARRECADAR, áreas de terras devolutas, incorporando-as ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 16.173,9597ha (dezesseis mil cento e setenta e três hectares, noventa e cinco ares e noventa e sete centiares), denominada “Gleba Tauá”, situada no Município de Santo Antônio do Tauá, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA

PORATARIA Nº 0591, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016- ITERPA

ARRECADAR, áreas de terras devolutas, incorporando-as ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 4.928,9785ha (quatro mil novecentos e vinte e oito hectares, noventa e sete ares e oitenta e cinco centiares), denominada “Gleba Areia Branca”, situada no Município de Santa Izabel do Pará, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA

PORATARIA Nº 0592, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016- ITERPA

ARRECADAR, áreas de terras devolutas, incorporando-as ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 10.682,8522 (dez mil seiscentos e oitenta e dois hectares, oitenta e cinco ares e vinte e dois centiares), denominada “Gleba Timbuí B”, situada no Município de Ipixuna do Pará, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA

PORATARIA Nº 0602, DE 20 DE SETEMBRO DE 2016 - ITERPA

ARRECADAR, áreas de terras devolutas, incorporando-as ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 732,2047 (setecentos e trinta e dois hectares, vinte ares e quarenta e sete centiares), denominada “Gleba São Raimundo III”, situada no Município de Bujarú, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA

PORATARIA Nº 0603, DE 20 DE SETEMBRO DE 2016 - ITERPA

ARRECADAR, áreas de terras devolutas, incorporando-as ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 1.535,9401 (mil quinhentos e trinta e cinco hectares, noventa e quatro ares e um centiares), denominada “Gleba Puxador”, situada no Município de Bujarú, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA

PORATARIA Nº 065, DE 14 DE SETEMBRO DE 2016- DGPC

DETERMINAR, que todos os policiais civis designados para exercer atividades no interior do Estado permaneçam em seus respectivos Municípios de lotação até a conclusão do pleito eleitoral, cuja folga correspondente será compensada oportunamente

PORATARIA Nº 1.530 DE 14 DE SETEMBRO DE 2015 - SEFA

Divulgar o Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do Governo do Estado do Pará, realizada e registrada no SIAFEM pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, relativa ao bimestre julho /agosto de 2016.

PORATARIA Nº 1.546, DE 16 DE SETEMBRO DE 2016 - SEFA

Divulgar a Execução Orçamentária do Governo do Estado, realizada e registrada no SIAFEM pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, relativa ao bimestre julho / agosto de 2016.

PORATARIA Nº 1.597 DE 23 DE SETEMBRO DE 2016 - SEFA

Dispõe sobre delegação de competência conjunta ao Subsecretário da Administração Tributária e ao Diretor de Administração da Secretaria de Estado da Fazenda.

PORATARIA Nº 965, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016 - SESPA

Institui a Plataforma Operacional de execução de planejamento via sistema de

Gerenciamento de Metas/GM e regulamenta funções de execução no âmbito Estadual do Sistema Único de Saúde - SUS, em conformidade com o Decreto 7.508/2011, Lei Complementar 141/2012 e Decreto Estadual nº 352/2012.

PORTARIA Nº 065/2016, DE 05 DE OUTUBRO DE 2016 -AGE

Dispõe sobre a definição, para o Exercício 2016, dos procedimentos internos para dar cumprimento tempestivo aos ditames da Instrução Normativa AGE Nº 001/2014, de 20 de novembro de 2014, e atualizações posteriores.

PORTARIA Nº 0627, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016- ITERPA

HOMOLOGAR o processo para permuta entre fração equivalente a 1.252,5528 hectares dos direitos sobre parte do Título Definitivo nº 085, emitido em favor de ANTENOR FURTADO, representativo do Lote Nº 09, Setor I, Gleba Altamira IV, no Projeto Integrado, por área com 1.146,1092 hectares, localizada na Gleba Nova Olinda, Município de Santarém, a ser firmada entre o Instituto de Terras do Pará – ITERPA, representando o Estado do Pará, e IZAILTON DE SOUZA.

PORTARIA Nº 0628, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016- ITERPA

HOMOLOGAR o processo para permuta entre fração equivalente a 1.180,2570 hectares dos direitos sobre parte do Título Definitivo nº 093, emitido em favor de JOSÉ MARIA BARBOSA SOUZA, representativo do Lote Nº 33, Setor I, Gleba Altamira IV, no Projeto Integrado, por área com 1.180,2576 hectares, localizada na Gleba Nova Olinda, Município de Santarém, a ser firmada entre o Instituto de Terras do Pará –ITERPA, representando o Estado do Pará, e ANTONIO DE SOUZA.

PORTARIA Nº 0629, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016- ITERPA

HOMOLOGAR o processo para permuta entre fração equivalente a 1.374,1562 hectares dos direitos sobre parte do Título Definitivo nº 093, emitido em favor de JOSÉ MARIA BARBOSA SOUZA, representativo do Lote Nº 33, Setor I, Gleba Altamira IV, no Projeto Integrado, por área com 1.374,1645 hectares, localizada na Gleba Nova Olinda, Município de Santarém, a ser firmada entre o Instituto de Terras do Pará – ITERPA, representando o Estado do Pará, e JULIANA CRISTINA SANTOS DE SOUSA.

PORTARIA Nº 0630, DE 07 DE OUTUBRO DE 2016- ITERPA

HOMOLOGAR o processo para permuta entre fração equivalente a 1.250,2654 hectares dos direitos sobre parte do Título Definitivo nº 085, emitido em favor de ANTENOR FURTADO, representativo do Lote Nº 09, Setor I, Gleba Altamira IV, no Projeto Integrado, por área com 1.299,6740 hectares, localizada na Gleba Nova Olinda, Município de Santarém, a ser firmada entre o Instituto de Terras do Pará – ITERPA, representando o Estado do Pará, e ANDRÉ HUMBERTO SAMPAIO DOS SANTOS.

PORTARIA Nº 4679/2016, DE 03 DE OUTUBRO DE 2016- TJ/PA

Determinar a suspensão do expediente forense nos dias 10 e 24 de outubro de 2016, em todos os órgãos do Poder Judiciário do Estado do Pará, sem prejuízo do plantão judicial e dos serviços essenciais.

PORTARIA Nº 4981/2016, DE 26 DE OUTUBRO DE 2016- TJ/PA

Determinar a suspensão do expediente forense no dia 28 de outubro de 2016 em todos os órgãos do Poder Judiciário do Estado do Pará, sem prejuízo do plantão judicial e dos serviços essenciais.

PORATARIA Nº 651, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016- ITERPA

HOMOLOGAR o processo para permuta entre fração equivalente a 2.241,8695 hectares dos direitos sobre parte do Título Definitivo nº 032, emitido em favor de GENI HELENA NICOLETI, representativo do Lote Nº 28, Setor C, Gleba Altamira VI, no Projeto Integrado, por área com 742,5176 hectares, localizada na Gleba Mamuru, Município de Aveiro, a ser firmada entre o Instituto de Terras do Pará – ITERPA

PORATARIA Nº 652, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016- ITERPA

HOMOLOGAR o processo para permuta entre fração equivalente a 448,8891 hectares dos direitos sobre parte do Título Definitivo nº 013, emitido em favor de JOSÉ FELIPE VIEIRA DE CASTRO, representativo do Lote Nº 13, Setor I e de 739,1372 hectares dos direitos sobre parte do Título Definitivo nº 037, emitido em favor de PEDRO ROBERTO BEER ROTH, representativo do Lote Nº 47, Setor G, Gleba Altamira VI, no Projeto Integrado, por área com 1.188,0263 hectares, localizada na Gleba Mamuru, Município de Aveiro, a ser firmada entre o Instituto de Terras do Pará – ITERPA

PORATARIA Nº 653, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016- ITERPA

HOMOLOGAR o processo para permuta entre fração equivalente a 72,1465 hectares dos direitos sobre parte do Título Definitivo nº 032, emitido em favor de GENI HELENA NICOLETI, representativo do Lote Nº 28, Setor C e de 587,9965 hectares dos direitos sobre parte do Título Definitivo nº 039, emitido em favor de OMAR LEITE JUNDI, representativo do Lote Nº 54, Setor G, Gleba Altamira VI, no Projeto Integrado, por área com 660,1430 hectares, localizada na Gleba Mamuru, Município de Aveiro, a ser firmada entre o Instituto de Terras do Pará – ITERPA

PORATARIA Nº 654, DE 21 DE OUTUBRO DE 2016- ITERPA

HOMOLOGAR o processo para permuta entre fração equivalente a 2.900 hectares dos direitos sobre parte do Título Definitivo nº 013, emitido em favor de JOSÉ FELIPE VIEIRA DE CASTRO, representativo do Lote Nº 13, Setor I, Gleba Altamira VI, no Projeto Integrado, por área com 2.413,5332 hectares, localizada na Gleba Mamuru, Município de Aveiro, a ser firmada entre o Instituto de Terras do Pará – ITERPA

PORATARIA Nº 180, DE 20 DE SETEMBRO DE 2016. - STJ

Ficam transferidas para 31 de outubro de 2016, segunda-feira, as comemorações alusivas ao Dia do Servidor Público.

PORATARIA Nº 0561, DE 25 DE AGOSTO DE 2016 - ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 387,5287ha (trezentos e oitenta e sete hectares, cinquenta e dois ares e oitenta e sete centiares), inserta no Município de Mojú, denominada “FAZENDA SPRICIGO”, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA

PORATARIA Nº 0632, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016 - ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 13,2930ha (treze hectares, vinte e nove ares e trinta centiares), inserta no Município de Santa Bárbara do Pará, denominada “SÍTIO DO CARMO”, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA

PORATARIA Nº 0633, DE 25 DE AGOSTO DE 2016 - ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará,

incluídas em poligonal com 5,1707 ha (cinco hectares, dezessete ares e sete centiares), inserta no Município de Santa Bárbara do Pará, sem denominação, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA

PORTRARIA Nº 0634, DE 25 DE AGOSTO DE 2016 - ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 28,6946ha (vinte e oito hectares, sessenta e nove ares e quarenta e seis centiares), inserta no Município de Curuçá, denominada “SÍTIO CABRAL”, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA

PORTRARIA Nº 0639, DE 25 DE AGOSTO DE 2016 - ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, que compõe a denominada FAZENDA CURUPERÉ, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 79,2496ha (setenta e nove hectares, vinte e quatro ares e noventa e seis centiares), inserta no Município de Moju, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA

PORTRARIA Nº 0640, DE 25 DE AGOSTO DE 2016 - ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, que compõe a denominada FAZENDA CURUPERÉ, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 10,3093ha (dez hectares, trinta ares e noventa e três centiares), inserta no Município de Moju, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA

PORTRARIA Nº 0641, DE 25 DE AGOSTO DE 2016 - ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, que compõe a denominada FAZENDA CURUPERÉ, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 138,9676ha (cento e trinta e oito hectares, noventa e seis ares e setenta e seis centiares), inserta no Município de Acará, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA

PORTRARIA Nº 0663, DE 27 DE OUTUBRO DE 2016 – ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 30,6497ha (trinta hectares, sessenta e quatro ares e noventa e sete centiares), inserta no Município de Ipixuna do Pará, denominada “SÍTIO ALVORADA”, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA.

PORTRARIA Nº 0737, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016- ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 25,8183ha (vinte e cinco hectares, oitenta e um ares e oitenta e três centiares), inserta no Município de São Miguel do Guamá, denominada “SÍTIO PROGRESSO”, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA

PORTRARIA Nº 1.583/2016- SEDUC

Regulamenta a matrícula nos Estabelecimentos de Ensino da Rede Estadual de Educação Básica, para o ano letivo de 2017.

PORTARIA Nº 1.171, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016- SESPA

Intitui o Comitê de Controle do Câncer do Color de útero e Mama no Estado do Pará.

PORTARIA Nº 5.251, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2016- TJ/PA

Determinar a suspensão do expediente forense, no dia 14 de novembro de 2016, em todos os órgãos do Poder Judiciário do Estado do Pará, sem prejuízo do plantão judicial e dos serviços essenciais.

PORTARIA N° 6.957/2016-MP/PGJ

Fica autorizada a republicação da Portaria Nº 4.742/2016-MP/PGJ.

PORTARIA CONJUNTA Nº 1.689, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2016 - SEFA/SEPLAN/SEAD/ AGE

Estabelece os procedimentos e as normas a serem adotados pelos órgãos e entidades da administração pública estadual direta e indireta, para o encerramento anual da execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do exercício financeiro de 2016, e dá outras providências correlatas.

PORTARIA Nº 415, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016 - SETUR

Dispõe sobre o programa de Programa Estadual de Incentivo à Aviação Regional, VOE PARÁ, instituído pelo Decreto Estadual Nº 1.571/2016.

PORTARIA Nº 600, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016 - SEAD

Dispõe sobre a certificação de servidor pelo reconhecimento do desempenho profissional na gestão do acervo patrimonial mobiliário do Estado.

PORTARIA Nº 0861, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2016 – ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 59,7309ha (cinquenta e nove hectares, setenta e três ares e nove centiares), inserta no Município de Peixe-Boi, sem denominação, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA.

PORTARIA Nº 1.268 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016 - SESPA

Estabelecer que o percentual de complementação de valores dos serviços profissionais dos médicos traumatoortopedistas, constantes na Portaria nº 2240 de 20 de outubro de 2011 pela Secretaria de Estado de Saúde Pública será de 75%, a serem pagos com recursos do Tesouro Estadual.

PORTARIA Nº 1.722 , DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016 - SEFA

Acrescenta dispositivos à Portaria n.º 80, de 9 de junho de 2015, que dispõe sobre delegação de competência ao Subsecretário da Administração Tributária da Secretaria de Estado da Fazenda.

PORTARIA Nº 1.726 , DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016 - SEFA

Publica o Preço Médio Ponderado ao Consumidor Final – PMPF dos produtos refrigerantes, energéticos e isotônicos

PORTARIA Nº 5.744 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2016 - TJPA

Dispõe sobre a suspensão do expediente forense no periodo de 20 de dezembro de 2016 a 06 de janeiro de 2017.

PORATARIA Nº 1.850 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016- SEASTER

RATIFICAR o texto final do Regimento Interno do Comitê Interinstitucional para Inclusão Social Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis- CIISC/PA

PORATARIA Nº 5.760/2016 – TJ/PA

Dispõe sobre a atualização monetária do valor das taxas e custas judiciais no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.

PORATARIA Nº 5.890/2016 BELÉM, 19 DE DEZEMBRO DE 2016- TJ/PA

Dispõe sobre a implantação das Turmas de Direito Público e de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

PORATARIA Nº 1.734, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016- SEFA

Acrescenta produtos a tabela de valores de Preço Médio Ponderado ao Consumidor Final - PMPF do produto cerveja, posição 2203 da NCM/SH, de que trata a Portaria n.º 680, de 31 de maio de 2016.

PORATARIA Nº 1.735, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016- SEFA

Acrescenta produtos as tabelas de valores de Preço Médio Ponderado ao Consumidor Final - PMPF de refrigerantes, energéticos e isotônicos de que trata a Portaria n.º 1.726, de 6 de dezembro de 2016.

PORATARIA Nº 0866, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.- ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 28,6607ha (vinte e oito hectares, sessenta e seis ares e sete centiares), inserta no Município de Terra Alta, denominado “SÍTIO MÁRIO LIMA”, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA.

PORATARIA Nº 0868, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016.- ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, que compõe o denominado “SÍTIO VAQUEIRO APAIXONADO”, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 47,4056ha (quarenta e sete hectares, quarenta ares e cinquenta e seis centiares), inserta no Município de Salinópolis, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA.

PORATARIA Nº 5.863/2016-GP. BELÉM, 19 DE DEZEMBRO DE 2016.- TJ/PA

Altera, ad referendum do Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, a Resolução nº 33, de 7 de dezembro de 2016.

RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO Nº 2923 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015- CONSUN

Altera a resolução nº 2494/12-CONSUN, regulamenta o artigo 29 do Estatuto da Universidade do Estado do Pará e estabelece as normas gerais de eleição dos nomes que comporão a lista tríplice para os cargos de Reitor e Vice-Reitor.

RESOLUÇÃO Nº 001/2016 - CGP/PA

Designar servidores dos órgãos participantes do Conselho Gestor de Parcerias PÚBLICO-PRIVADAS do Estado do Pará - CGP/PA para compor o Grupo Técnico de Parcerias - GTP e indicar servidores para compor a Secretaria Executiva do CGP/PA.

RESOLUÇÃO Nº 001, DE 26 DE JANEIRO DE 2016- SEDEME

Altera o Anexo Único da Resolução nº 007, de 30 de março de 2010, que concede tratamento tributário às operações que especifica, realizadas pela empresa FLORAPLAC MDF LTDA.

RESOLUÇÃO Nº 002/2016, DE 28 DE JANEIRO DE 2016- TCM-PA

Aprova o manual denominado “contas públicas e outros procedimentos no último ano de mandato: orientação aos gestores públicos municipais.

RESOLUÇÃO Nº 002, DE 26 DE JANEIRO DE 2016- SEDEME

Concede tratamento tributário às operações que especifica, realizadas pela empresa ISOESTE NORTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE POLIESTIRENO LTDA.

RESOLUÇÃO Nº 003, DE 26 DE JANEIRO DE 2016- SEDEME

Concede tratamento tributário às operações que especifica, realizadas pela empresa DOW CORNING SILÍCIO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

RESOLUÇÃO Nº 172/2016-CONSUP

Revalidar o Certificado do Curso Regular para Chefes e Oficiais da Ordem e Segurança do Instituto Superior de Carabineiros do Chile, como Curso Pós-graduação Lato Sensu, em âmbito nacional, equivalente ao Curso Superior de Polícia e Bombeiro Militar - Especialização em Gestão Estratégica em Defesa Social, realizado pelo Instituto de Ensino de Segurança do Pará – IESP.

RESOLUÇÃO Nº 18.784- TCE/PA

Aprova Instrução Normativa que dispõe sobre a instauração, a organização e o encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado do Pará dos processos de Tomada de Contas Especial.

RESOLUÇÃO Nº 001, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016 (REPUBLICADO)- SEJUDH

Aprovar o Regulamento Estadual da II Conferência Estadual dos Direitos Humanos.

RESOLUÇÃO Nº 002, DE 08 DE MARÇO DE 2016- SEJUDH

Aprovar ad referendum alterações ao disposto na Resolução nº 001, de 16 de fevereiro de 2016, do Conselho Estadual de Justiça e Direitos Humanos, que convocou a II Conferência Estadual de Direitos Humanos do Pará.

RESOLUÇÃO Nº 005, DE 10 DE MARÇO DE 2016 - SEDEME

Revoga “ad referendum” a Resolução nº 021, de 09 de novembro de 2015, que concede tratamento tributário às operações que especifica, realizadas pela empresa JBS S.A.

RESOLUÇÃO Nº 006, DE 10 DE MARÇO DE 2016- SEDEME

Revoga “ad referendum” a Resolução nº 022, de 09 de novembro de 2015, que concede tratamento tributário às operações que especifica, realizadas pela empresa JBS S.A.

RESOLUÇÃO Nº 153 DE 14 DE MARÇO DE 2016- DEFENSORIA PÚBLICA

Disciplina as arguições de impedimento, suspeição e recusa a assistência dos Defensores Públicos, normatizando o respectivo trâmite no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Pará, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO CSDP Nº 153 DE 14 DE MARÇO DE 2016 - DEFENSORIA PÚBLICA

Disciplina as arguições de impedimento, suspeição e recusa a assistência dos Defensores Públicos, normatizando o respectivo trâmite no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Pará, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 002/2016-CPJ, DE 7 DE ABRIL DE 2016- COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Altera a redação do art. 2º da Resolução nº 008/2007-CPJ, de 22 de outubro de 2007, para criar as Coordenadorias das Promotorias de Justiça de Benevides e Santa Izabel do Pará.

RESOLUÇÃO Nº 01, DE 06 DE MAIO DE 2016 - SECTET

Dispõe sobre a aprovação do Programa Paraense de Incentivo ao Uso Sustentável da Biodiversidade - BIOPARÁ e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 02, DE 06 DE MAIO DE 2016 – SECTET

Sugerir que o Governo do Pará, por meio da Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Educação Técnica e Tecnológica - SECTET, qualifique Organização Social, entidade privada sem fim lucrativo, para prestar serviços voltados ao desenvolvimento de parcerias público-privadas destinadas à promoção de pesquisa e inovação em âmbito do aproveitamento sustentável da biodiversidade amazônica, para fins econômicos e sociais.

RESOLUÇÃO Nº 02/2016 – CGP

Autoriza a empresa AEGEA Saneamento e Participações S/A. a realizar estudos preliminares de viabilidade, para projetos de parceria público-privada, no segmento de Saneamento no Estado do Pará e convoca a Companhia de Saneamento do Pará, para participar do Conselho do CGP/PA e do Grupo Técnico de Parcerias – GTP.

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 06 DE MAIO DE 2016 - MPC

Institui e regulamenta a formulação e aprovação de Enunciados Ministeriais no âmbito do MPC/PA

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 06 DE MAIO DE 2016 - MPC

Altera o art. 4º da RESOLUÇÃO Nº 05/2014 deste Colégio, dispondo sobre a competência privativa do Procurador-Geral de Contas na distribuição processual.

RESOLUÇÃO Nº 005, DE 10 DE MAIO DE 2016 - CEDPD

Homologa a relação de entidades e de Conselhos Municipais dos Direitos da Pessoa com Deficiência habilitados a participarem do processo eleitoral para composição do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CEDPD/PA, biênio 2016/2018.

RESOLUÇÃO Nº 13, DE 11 DE MAIO DE 2016- TJ/PA

Dispõe sobre o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

RESOLUÇÃO Nº 20/2016 - PMV

Dispõe sobre a inclusão do Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM, na composição do Comitê Gestor – COGES – PMV.

RESOLUÇÃO Nº 21/2016 – PMV

Declara ad referendum o cumprimento dos compromissos e das metas estabelecidas para os municípios participantes do Programa Municípios Verdes – PMV, previstas na Resolução COGES/PMV nº 01/2012, ao município de Tucumã/PA.

RESOLUÇÃO Nº 220/13 – CONSEP

Instituição e Regulamentação do Programa de Monitoração Eletrônica de Sentenciados no âmbito do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social – SIEDS.

RESOLUÇÃO Nº 001 EMG - PM DE 15 DE JANEIRO DE 2016.

Regulamenta os critérios para Avaliação da Investigação dos Antecedentes Pessoais dos candidatos aprovados na prova de conhecimentos nos concursos públicos para provimento do cargo de Policial Militar.

RESOLUÇÃO CSDP Nº 161 DE 09 DE MAIO DE 2016 – CSDP

Regulamenta as atribuições da 1^a e da 2^a Defensoria Pública Cível e Criminal de Benevides.

RESOLUÇÃO Nº 007, DE 25 DE MAIO DE 2016 - SEDEME

Revoga a Resolução nº 027, de 19 de dezembro de 2012, que concede tratamento tributário às operações que especifica, realizadas pela Empresa PLASTSPUMA PARÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COLCHÕES LTDA.

RESOLUÇÃO Nº 008, DE 25 DE MAIO DE 2016 - SEDEME

Suspende os benefícios fiscais concedidos à empresa CONSERVAS SABOR LTDA. por meio da Decreto nº 2.678, de 15 de dezembro de 2006.

RESOLUÇÃO Nº 009, DE 25 DE MAIO DE 2016 - SEDEME

Suspende pelo período de 02 (dois) anos os benefícios fiscais concedidos à empresa BENEMEC CARBON INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. por meio da Resolução nº 017, de 22.07.2015.

RESOLUÇÃO Nº 010, DE 25 DE MAIO DE 2016 - SEDEME

Concede tratamento tributário às operações que especifica, realizadas pela empresa EMAPA - EXPORTAÇÃO, MATERIAIS E ALIMENTOS DO PARÁ LTDA.

RESOLUÇÃO Nº 011, DE 25 DE MAIO DE 2016 - SEDEME

Altera e acrescenta dispositivos à Resolução nº 014, de 25 de agosto de 2010, que concede tratamento tributário às operações realizadas pelas empresas que especifica.

RESOLUÇÃO Nº 012, DE 25 DE MAIO DE 2016 - SEDEME

Revoga a Resolução nº 040, de 19 de dezembro de 2012, que suspendeu os benefícios fiscais concedidos por meio do Decreto nº 1.873 de 09 de novembro de 2005.

RESOLUÇÃO Nº 16, DE 01 DE JUNHO DE 2016 – TJ

Regulamenta o serviço de Plantão Judiciário do Poder Judiciário do Estado do Pará, em 1º e 2º graus.

RESOLUÇÃO Nº 002/2016/CIB, DE 14 DE JUNHO DE 2016 - CIB

Aprova reformas no Regimento Interno da Comissão Intergestores Bipartite da Assistência Social do Estado do Pará – CIB.

RESOLUÇÃO Nº 04 DE 16 DE JUNHO DE 2016 - CGP

Autoriza “ad referendum” a empresa Centro de Imagem e Diagnóstico SA a realizar estudos preliminares de viabilidade, para projetos de parceria público-privada, no segmento da saúde no Estado do Pará.

RESOLUÇÃO Nº 001/2016 - CIGESP

Disciplina as instruções necessárias para padronização da contratação de docentes e monitores para prestação de serviço de ensino nas instituições que compõem o Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 014, DE 25 DE MAIO DE 2016- SEDEME

Atender e incentivar a concessão de incentivos fiscais e financeiros para os empreendimentos que realizem investimentos em projetos de pesquisa científica e/ou tecnológica e em inovação, em associação com instituições de ensino ou pesquisa públicas ou privadas, sediadas no Estado.

RESOLUÇÃO Nº 004/2016-CPJ, DE 30 DE JUNHO DE 2016- CPJ/MP

Altera a Resolução nº 002/2012-CPJ, de 9 de fevereiro de 2012, para criar, no âmbito do Centro de Apoio Operacional Cível (CAO/Cível), os Núcleos de Questões Agrárias e Fundiárias e do Terceiro Setor.

RESOLUÇÃO Nº 005/2016-CPJ, DE 30 DE JUNHO DE 2016-CPJ/MP

Modifica as atribuições dos cargos de Promotor de Justiça de Controle Externo da Atividade Policial de Terceira Entrância.

RESOLUÇÃO Nº 006/2016-CPJ, DE 30 DE JUNHO DE 2016- CPJ/MP

Distribui um cargo de Promotor de Justiça de Terceira Entrância, modifica as atribuições dos cargos de Promotor de Justiça de Fundações, Entidades de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial, e de Icoaraci.

RESOLUÇÃO Nº 22/2016, DE 13 DE JULHO DE 2016- TJ/PA

Dispõe sobre a instalação da Vara única da Comarca de Eldorado dos Carajás.

RESOLUÇÃO Nº 232/2016, DE 13 DE JULHO DE 2016- CNJ

Fixa os valores dos honorários a serem pagos aos peritos, no âmbito da Justiça de primeiro e segundo graus, no termo do disposto art. 95, 3º, II, do Código do Processo Civil – Lei 13.105/2015.

RESOLUÇÃO CES/PARÁ Nº 018 DE 28 DE JUNHO DE 2016. CES

Aprovar a Instituição da Comissão Intersetorial de Alimentação e Nutrição do Estado do Pará – CIAN/PA.

RESOLUÇÃO Nº 187/2016- SEGUP

Estabelecer a aplicação de Verificação Final Especial (VFE - 2ª época) aos alunos que não obtiverem nota mínima para aprovação em 1ª época no Curso Superior de Polícia e Bombeiro Militar - CSPBM/2016 - Especialização em Gestão Estratégica em Defesa Social e Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO/2016 - Especialização em Defesa Social e Cidadania

RESOLUÇÃO Nº 24, DE 20 DE JULHO DE 2016.-TJ/PA

Altera os incisos III e V da Resolução nº 21/2006-GP, estabelecendo o deslocamento de jurisdição agrária da localidade de Piçarra, pertencente à comarca de Redenção - PA, para a Vara Agrária de Marabá - PA, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 001, DE 16 DE JUNHO DE 2016 - COSIT

Trata das políticas relacionadas à área de Tecnologia de Informação e Comunicação – TIC no âmbito do Governo do Estado do Pará.

RESOLUÇÃO Nº 001, DE 25 DE AGOSTO DE 2016- MP/CSMP

Altera a Resolução nº 002/2009-MP/CSMP, de 23 de junho de 2009, que dispõe sobre o afastamento de membros do Ministério Público do Estado do Pará para frequentar cursos ou seminários de aperfeiçoamento e estudos, no país ou no exterior.

RESOLUÇÃO Nº 002, DE 25 DE AGOSTO DE 2016- MP/CSMP

Altera a Resolução nº 003/2014/MP/CSMP, de 20 de agosto de 2014, que dispõe sobre os critérios objetivos e o sistema de pontuação para aferição do merecimento dos membros do Ministério Público do Estado do Pará nos concursos de remoção e promoção e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 002, DE 16 DE JUNHO DE 2016 - COSIT

Trata das formas de parcerias e o uso dos serviços públicos pelos municípios paraenses atendidos pelas Cidades Digitais e Redes Metropolitanas no âmbito do NAVEGAPARÁ.

RESOLUÇÃO Nº 003, DE 16 DE JUNHO DE 2016 - COSIT

Trata das formas de parcerias e o uso dos serviços públicos dos Espaços Públicos de Inclusão Digital (INFOCENTROS), no âmbito do NAVEGAPARÁ.

RESOLUÇÃO Nº 003/2016 DE 17 DE AGOSTO DE 2016 -CIB

Aprova a regionalização do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI e estabelece procedimentos para oferta e gestão do referido serviço.

RESOLUÇÃO Nº 003 DE 10 DE AGOSTO DE 2016 -FUNDAÇÃO CARLOS GOMES

Regulamenta Normas e Procedimentos Operacionais do Regimento Interno do Instituto Estadual Carlos Gomes

RESOLUÇÃO Nº 004, DE 16 DE JUNHO DE 2016 - COSIT

Trata das formas de parcerias e o uso dos serviços públicos pela população paraense atendida pelos Pontos de Acesso nas Cidades Digitais, no âmbito do NAVEGAPARÁ.

RESOLUÇÃO Nº 008, DE 10 DE AGOSTO DE 2016-CPJ/MP

Altera a Resolução nº 024/2012-CPJ, de 20 de setembro de 2012, que dispõe sobre o Plantão do Ministério Público do Estado do Pará, aos sábados, domingos, feriados e recessos forenses, para estendê-lo aos dias úteis, após o expediente normal.

RESOLUÇÃO Nº 009, DE 10 DE AGOSTO DE 2016-CPJ/MP

Distribui um cargo de Promotor de Justiça de Primeira Entrância para compor a 2^a Promotoria de Justiça de Novo Progresso.

RESOLUÇÃO Nº 010, DE 10 DE AGOSTO DE 2016-CPJ/MP

Distribui um cargo de Promotor de Justiça de Terceira Entrância, para compor a 2^a Promotoria de Justiça de Crimes Contra a Ordem Tributária.

RESOLUÇÃO Nº 011, DE 10 DE AGOSTO DE 2016-CPJ/MP

Distribui um cargo de Promotor de Justiça de Primeira Entrância para compor a 2^a Promotoria de Justiça de Canã dos Carajás.

RESOLUÇÃO Nº 012, DE 10 DE AGOSTO DE 2016-CPJ/MP

Distribui um cargo de Promotor de Justiça de Primeira Entrância para compor a 2^a Promotoria de Justiça de Moju.

RESOLUÇÃO Nº 25, DE 27 DE JULHO DE 2016- TJE

Dispõe sobre a concessão de licença- paternidade aos membros e servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

RESOLUÇÃO Nº 70, DE 16 DE AGOSTO DE 2016 - SESPA

Fluxo de solicitação de descentralização dos prestadores de serviços públicos ou privados, contratados ou conveniados dos municípios sob gestão do Estado do Pará.

RESOLUÇÃO Nº 001/2016 - SIDESS

Cria Grupos Temáticos compostos por representantes da sociedade civil e da Administração Pública Estadual com o propósito de permitir o auxílio e participação da sociedade civil no desenvolvimento das cadeias econômicas que compõem o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Pará— Pará 2030

RESOLUÇÃO Nº 002/2016- CIGESP

RECOMENDAR a celebração de convênio entre a Polícia Militar e o Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/PA, com a adesão expressa dos Municípios interessados, para atuação de policiais militares na fiscalização de trânsito em vias de circunscrição territorial municipal, concomitantemente com os demais agentes responsáveis, conforme previsão do Artigo 21,22, 23, III e 24 § 2º, do CTB

RESOLUÇÃO Nº 010, 12 DE SETEMBRO DE 2016 - CEAS

Dispõe sobre a aprovação da regionalização do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI e estabelece procedimentos para oferta e gestão do referido serviço.

RESOLUÇÃO Nº 011, 12 DE SETEMBRO DE 2016 - CEAS

Dispõe sobre a criação e composição da Comissão Permanente de Acompanhamento do Programa Bolsa Família do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS/PA, para o biênio 2015/2017.

RESOLUÇÃO Nº 012/2016 - MPC/PA

Dispõe sobre a concessão de estágio não obrigatório no âmbito do Ministério Público de Contas do Estado do Pará, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 013, DE 15 DE SETEMBRO DE 2016– CPJ

Altera a Resolução nº 010/2011-CPJ, de 30 de junho de 2011, que regulamenta os procedimentos do inquérito civil no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará.

RESOLUÇÃO Nº 014/2016 – FRC

Aprova os valores de resarcimento e de complementação da renda mínima em favor das serventias extrajudiciais que prestem serviços de registro civil das pessoas naturais no Estado do Pará.

RESOLUÇÃO Nº 015 DE 31 DE AGOSTO DE 2016- SEDEME

Estabelece procedimentos e prazos para análise e acompanhamento dos projetos de incentivos fiscais e/ou financeiros previstos nas Leis nº 6.489, de 27 de setembro de 2002, 6.912, 6.913, 6.914 e 6.915 de 03 de outubro de 2006.

RESOLUÇÃO Nº 016/2016 – FRC

Aprova os valores de resarcimento e de complementação da renda mínima em favor das serventias extrajudiciais que prestem serviços de registro civil das pessoas naturais no Estado do Pará.

RESOLUÇÃO Nº 016, DE 31 DE AGOSTO DE 2016 - SEDEME

Estabelece normas complementares relativas à concessão de benefícios fiscais às

empresas a serem beneficiadas pela Política de Incentivos Fiscais e Financeiros do Estado do Pará.

RESOLUÇÃO Nº 15/2016 – MPC/PA

Dispõe sobre a composição, atribuições e funcionamento do Conselho Superior do Ministério Público de Contas do Estado.

RESOLUÇÃO Nº 17/2016 – MPC/PA

Dispõe sobre a composição, atribuições e funcionamento do Colégio de Procuradores de Contas do Estado.

RESOLUÇÃO Nº 18.842- TCE

Aprova Instrução Normativa que dispõe sobre a organização e o encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado do Pará da prestação de contas de recursos repassados pelos órgãos ou entidades da Administração Pública Estadual às organizações da sociedade civil mediante Termo de Colaboração e Termo de Fomento.

RESOLUÇÃO N° 168, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016 - CSDP

Torna sem efeito a Resolução CSDP N° 163, de 13 de junho de 2016, publicada no Diário Oficial do Estado nº 33165, de 08 de julho de 2016.

RESOLUÇÃO Nº 232 DE 13 DE JULHO DE 2016- CNJ

Fixa os valores dos honorários a serem pagos aos peritos, no âmbito da Justiça de primeiro e segundo graus, nos termos do disposto no art. 95, §3º, II, do Código de Processo Civil- Lei 13.105/2015

RESOLUÇÃO Nº 235 DE 13 DE JULHO DE 2016- CNJ

Dispõe sobre a padronização de procedimentos administrativos decorrentes de julgamentos de repercussão geral, casos repetitivos e de incidente de assunção de competência previstos na Lei 13.105 de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), no Superior Tribunal de Justiça, no Tribunal Superior Eleitoral, no Tribunal Superior do Trabalho, no Superior Tribunal Militar, nos Tribunais Regionais do Trabalho e nos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 236 DE 13 DE JULHO DE 2016- CNJ

Regulamenta no âmbito do Poder Judiciário , procedimentos relativos à alienação judicial por meio eletrônico na forma preconizada pelo art. 882, § 1ºdo novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015)

RESOLUÇÃO Nº 238 DE 06 DE SETEMBRO DE 2016- CNJ

Dispõe sobre a criação e manutenção pelos Tribunais de Justiça e Regionais Federais de Comitês Estaduais da Saúde, bem como a especialização de vara em comarcas com mais de uma vara de Fazenda Pública.

RESOLUÇÃO Nº 003/2016- CIGESP

Instituir o Diploma “Mérito Operacional” da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará

RESOLUÇÃO Nº 06/2016 DE 05/10/2016– CGP/PA

Acata a solicitação da empresa Centro de Imagem e Diagnóstico S.A. para aditamento do escopo da Resolução 04/2016 – CGP/PA e dá outras providências.

RESOLUÇÃO CES/PARÁ Nº 035 DE 25 DE OUTUBRO DE 2016 – CES

Aprovar as alterações ocorridas no texto do Regimento Interno do Conselho Estadual de Saúde do Pará – CES/PA

RESOLUÇÃO Nº 126, DE 25 OUTUBRO DE 2016 - COEMA

Recomenda à Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará - SEMAS a utilização da Avaliação Ambiental Estratégica - AAE como instrumento de avaliação dos impactos socioambientais de planos, programas, projetos e políticas públicas para o Estado e dá outras providências.

RESOLUÇÃO AD REFERENDUM Nº 127, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2016 -SESMA

Estabelece os procedimentos e critérios para o Licenciamento Ambiental Simplificado de empreendimentos e/ou atividades de baixo potencial Poluidor/degradador, no âmbito da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará - SEMAS, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 170, DE 03 DE OUTUBRO DE 2016 - CSDP

Altera os Artigos 67 e 71 do Regimento Interno da Defensoria Pública do Estado do Pará, aprovado pela Resolução 099/2012.

RESOLUÇÃO Nº 173 /11 -CONSEP

Criar, no âmbito do Conselho Estadual de Segurança Pública do Pará-CONSEP, o Grupo de Acompanhamento da Letalidade e Mortalidade, de natureza permanente, com vistas a identificar os fatores que aumentam o risco de ocorrências dessa natureza e, se necessário, propor a adoção de medidas para a sua prevenção, redução e aprimoramento das estruturas investigativas

RESOLUÇÃO Nº 204/12 CONSEP

Regulamentação do Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública do Estado do Pará, em acompanhamento das diretrizes estabelecidas na Portaria Interministerial 4.226 de 31 de dezembro de 2010, do Governo Federal. O Conselho Estadual de Segurança Pública – CONSEP, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pelo Art. 4º da Lei nº. 7.584/11, c/c os Arts. 2º e 8º, inciso VII e 17, incisos I, II,III, IV e XX do Regimento Interno, homologado pelos Decretos nº. 1.555/96 e nº. 294/03, respectivamente

RESOLUÇÃO Nº 032/2016 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016- CPJ

Redistribui 1 (um) cargo de Promotor de Justiça Substituto de Primeira Entrância para integrar a Promotoria de Justiça de Primeira Entrância de Eldorado dos Carajás.

RESOLUÇÃO Nº 033/2016 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016- CPJ

Modifica a estrutura das Promotorias de Justiça de Redenção, distribui um cargo de Promotor de Justiça de Segunda Entrância e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 299 /2016 - CONSEP

Criação da Comissão Especial coordenadora da eleição do Presidente e Vice-Presidente do CICSP

RESOLUÇÃO Nº 180, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2016- CSDP

Estabelece no âmbito da Defensoria Pública do Pará os parâmetros para deferimento de assistência jurídica integral aos usuários dos serviços.

EMENDAS REGIMENTAIS

EMENDA REGIMENTAL N° 01, DE 06 DE JULHO DE 2016- TJ/PA

Altera o art. 24, inciso XIII, alínea "b", art. 29, inciso I, alínea "a" e o art. 30, inciso I, alínea "a" do Regimento Interno do Tribunal de Justiça, aprovado pela Resolução nº 13, de 11 de maio de 2016.

EMENDA REGIMENTAL N.º 02, DE 06 DE JULHO DE 2016- TJ/PA

Altera o inciso I, do art. 105 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça, aprovado pela Resolução nº 13, de 11 de maio de 2016, e dá outras providências.

EMENDA REGIMENTAL N.º 03, DE 20 DE JULHO DE 2016.- TJ/PA

Altera os artigos 30, 105, 133, 139, 234, 238, 270 e revoga o artigo 240 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça, aprovado pela Resolução n.º 13, de 11 de maio de 2016, e dá outras providências.

EMENDA REGIMENTAL N.º 05, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016- TJPA

Altera os artigos 3º, 19, 20, 24, 29, 30, 31, 32 e acrescenta os art. 29-A e 31-A ao Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, proporcionando a especialização dos órgãos julgadores da matéria de direito civil, criando a Seção de Direito Público e Seção de Direito Privado, bem como as Turmas de Direito Público e as Turmas de Direito Privado, com as especificações das matérias a serem julgadas por cada órgão julgador e dá outras providências O Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, por deliberação de seus membros na 44ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno

INSTRUÇÕES NORMATIVAS

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001, DE 11 DE JANEIRO DE 2016- PROPESP/UEPA

Estabelece Normas para a Execução da Iniciação Científica na Modalidade Voluntária.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 002, DE 11 DE JANEIRO DE 2016- PROPESP/UEPA

Reestabelecer Normas para a Institucionalização de Projetos de Pesquisa no âmbito da Universidade do Estado do Pará.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 003, DE 11 DE JANEIRO DE 2016- PROPESP/UEPA

Normas para a criação dos Grupos de Pesquisa no âmbito da Universidade do Estado do Pará.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 004/2016, DE 11 DE JANEIRO DE 2016- PROPESP/UEPA

Normas para a composição do Comitê Científico Interno no âmbito da Universidade do Estado do Pará.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 003 DE 24 DE SETEMBRO DE 2015- SESPA

Dispõe sobre o processo para obtenção de fórmulas nutricionais especiais (dietas enterais, fórmulas infantis e/ou suplementos alimentares) no âmbito da Secretaria de Saúde do Estado do Pará.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016- SEMAS

Dispõe sobre os procedimentos e critérios, no âmbito da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA, para adesão ao Programa de Regularização

Ambiental do Pará - PRA/PA, por proprietários e posseiros rurais, com fins à regularização ambiental de áreas alteradas e/ou degradadas, e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016- DEFENSORIA

Dispõe acerca da atuação dos Defensores Públicos do Estado do Pará nas causas com valor inferior a 20 (vinte) salários mínimos, no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02, DE 26 DE JANEIRO DE 2016- SEDUC

Disciplina a liberação de recursos aos municípios, para custear as despesas relativas ao transporte escolar dos alunos matriculados na Rede Pública Estadual de Ensino.

INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 001/2016 – IDEFLOR-BIO

Disciplina o uso dos recursos pesqueiros e ordena as artes de pesca utilizadas por meio do Acordo de Pesca estabelecido pelas comunidades e congregações do Rio Canaticu e seus afluentes.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03, DE 1º DE MARÇO DE 2016- SEDUC

Dispõe sobre critérios a serem adotados para lotação de pessoal nas Unidades Administrativas e Escolares da Secretaria de Estado de Educação.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 003, DE 07 DE MARÇO DE 2016- SEFA

Altera dispositivo da Instrução Normativa n.º 004, de 25 de março de 2015, que disciplina os procedimentos relativos ao reconhecimento de não-incidência, de isenção e de dispensa de pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02 DE 05 DE ABRIL DE 2016 – SESPA

Dispõe sobre o processo para a obtenção de medicamentos no âmbito da Secretaria de Saúde do Estado do Pará/SESPA.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001 DE 06 DE MAIO 2016 - ADEPARÁ

Dispõe sobre o regulamento técnico de produção da maniva cozida e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02, DE 18 DE MAIO DE 2016 - SEMAS

Estabelece os procedimentos e critérios para adequação ambiental dos imóveis, cujo desmatamento tenha ocorrido após 22 de julho de 2008, nos termos da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 006 DE 16 DE MAIO DE 2016 - SEFA

Altera a Instrução Normativa nº 0019, de 3 de dezembro de 2012, que dispõe sobre os procedimentos para a realização dos sorteios do programa Nota Fiscal Cidadã.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 31 DE MAIO DE 2016 - SEPLAN

Disciplina medidas de contenção de gastos previstas no Decreto nº 1.513, de 30 de março de 2015.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 006, DE 31 DE MAIO DE 2016 - SEFA

Altera a Instrução Normativa n.º 28, de 29 de dezembro de 2014, que dispõe sobre a obrigatoriedade de utilização de Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica – NFC-e.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001, DE 01 DE JUNHO DE 2016 – IDEFLOR-BIO

Estabelece os parâmetros do regime econômico-financeiro dos editais e dos contratos de concessão florestal estadual, define o potencial volumétrico de referência, regulamenta os procedimentos para a cobrança dos preços dos produtos florestais, define procedimentos para unificação de preços de contratos em andamento e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2016 – EGPA

Dispõe sobre o banco de dados de instrutores da Escola de Governança Pública do Estado do Pará.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03, DE 04 DE JULHO DE 2016- SEMAS

Estabelecer normas e procedimentos para a regularização ambiental de porto de apoio, em funcionamento sem licença ambiental, voltado à movimentação de produtos, equipamentos e materiais para uso no manejo florestal, bem como à indústria que utiliza matéria-prima florestal, cuja atividade principal já se encontre devidamente licenciada junto ao órgão ambiental competente,e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 04, DE 07 DE JULHO DE 2016- SEMAS

Estabelece os procedimentos e critérios para realização de suspensão, reativação e cancelamento do Cadastro de Exploradores e Consumidores de Produtos Florestais do Estado do Pará - CEPROF, junto ao Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais - SISFLORA, e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 02/2016- DEFENSORIA PÚBLICA

Dispõe sobre a fixação de dias para atendimento e prática de atos judiciais pelas Defensorias Públicas do Estado do Pará.

INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 007, DE 24 DE AGOSTO DE 2016 – SEFA

Altera dispositivos da Instrução Normativa Conjunta n.º 01, de 13 de janeiro de 2014, que estabelece procedimentos para fruição do benefício fiscal previsto no art. 100-Y do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, aprovado pelo Decreto n.º 4.676, de 18 de junho de 2001.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 10, DE 9 DE AGOSTO DE 2016- SEFA

Estabelece procedimentos para a fruição do benefício fiscal de que trata o Decreto n.º 1.587, de 8 de agosto de 2016, que institui o Programa de Regularização Fiscal - PROREFIS, referente aos débitos relacionados com o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias - ICM e com o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 11, DE 9 DE AGOSTO DE 2016- SEFA

Estabelece procedimentos para a fruição do benefício fiscal de que trata o Decreto n.º 1.587, de 8 de agosto de 2016, que institui o Programa de Regularização Fiscal - PROREFIS, referente aos débitos relacionados com o Imposto sobre Propriedades de Veículos Automotores - IPVA e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 004/2016- CGPC

Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados em casos de registros de desaparecimento de pessoas.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 14, DE 31 DE AGOSTO DE 2016-SEFA

Estabelece procedimentos para a fruição do benefício fiscal de que trata o Decreto n.º 1.590, de 30 de agosto de 2016, que institui o Programa de Regularização Fiscal – PROREFIS, referente aos débitos relacionados com o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias - ICM e com o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 15, DE 15 DE SETEMBRO DE 2016-SEFA

Dispõe sobre o parcelamento de créditos tributários referentes ao Imposto sobre a Transmissão “Causa Mortis” e Doação de quaisquer bens ou direitos, instituído pela Lei n.º 5.529, de 5 de janeiro de 1989.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 006/2016 DE 28/09/2016- SEDOP

Dispõe sobre a padronização das rotinas e procedimentos relativos a aditivos contratuais de acréscimo de valor em contratos celebrados através das operações de crédito do BNDES.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001, DE 06 DE OUTUBRO DE 2016 -TCM

Dispõe sobre os procedimentos administrativos vinculados á transição de governo/gestão, dos chefes de poderes municipais, por ocasião da transmissão de mandato.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016 - SEMAS

Dispõe sobre os procedimentos e critérios, no âmbito da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA, para adesão ao Programa de Regularização Ambiental do Pará - PRA/PA, por proprietários e posseiros rurais, com fins à regularização ambiental de áreas alteradas e/ou degradadas, e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016 - AGE

Atualiza e altera os ditames da Instrução Normativa AGE Nº 001/2014, de 20 de novembro de 2014, que dispõe sobre a definição de procedimentos adicionais a serem observados pelos(as) Órgãos/Entidades integrantes do Poder Executivo Estadual por ocasião da Prestação de Contas de Gestão dos Recursos Públicos Estaduais Anual junto ao Tribunal de Contas do Estado – TCE, objetivando disciplinar, com adequações/modificações a partir do Exercício 2016, quando se fez necessário, a emissão dos Relatórios e Pareceres dos Órgãos Componentes do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 002 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016 -TCM-PA

Institui pontos de controle para aplicação nas análises das prestações de contas, inspeções e auditorias nos Regimes Próprios de Previdência Social dos Municípios do Estado do Pará.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 05 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2016- SEMAS

Estabelece os critérios para avaliação da regularidade ambiental dos imóveis rurais no Estado do Pará, por parte de bancos e instituições financeiras, e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 17 DE 31 DE OUTUBRO DE 2016 - SEFA

Dispõe sobre os procedimentos para solicitação da isenção ou do diferimento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS do diferencial de alíquota nas operações interestaduais.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 18, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2016 - SEFA

Altera dispositivos da Instrução Normativa n.º 0012, de 27 de julho de 2012, que disciplina os novos procedimentos para o funcionamento do Plantão Fiscal da Secretaria de Estado da Fazenda.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 19 , DE 17 DE NOVEMBRO DE 2016 - SEFA

Altera dispositivos da Instrução Normativa n.º 05, de 25 de abril de 2016, que dispõe sobre os procedimentos para solicitação da isenção do pagamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS no fornecimento de energia elétrica aos templos de qualquer culto.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 20, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016 - SEFA

Dispõe sobre o parcelamento de créditos tributários referentes ao Imposto sobre a Transmissão “Causa Mortis” e Doação de quaisquer bens ou direitos, instituído pela Lei n.º 5.529, de 5 de janeiro de 1989.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 21, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016 - SEFA

Altera dispositivos da Instrução Normativa n.º 05, de 25 de abril de 2016, que dispõe sobre os procedimentos para solicitação da isenção do pagamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS no fornecimento de energia elétrica aos templos de qualquer culto.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 22, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016 - SEFA

Altera os dispositivos da Instrução Normativa n.º 0006, de 7 de junho de 2013, que dispõe sobre o parcelamento de créditos tributários relativos

INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 23, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2016 - SEFA

Altera dispositivo da Instrução Normativa n.º 28, de 29 de dezembro de 2014, que dispõe sobre a obrigatoriedade de utilização de Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica – NFC-e.

INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 24, DE DEZEMBRO DE 2016 - SEFA

Altera o art. 3º da Instrução Normativa n.º 18, de 17 de setembro de 2015, que dispõe sobre a concessão de crédito presumido do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, de que trata o art. 11-B do Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001, às empresas de energia elétrica, estabelecidas em território paraense, para execução do Programa Luz para Todos.

INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 25, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2016 - SEFA

Altera dispositivo da Instrução Normativa n.º 0019, de 5 de junho de 2008, que dispõe sobre a organização, competências, atribuições e funcionamento da Julgadora de Primeira Instância e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 26, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016 - SEFA

Estabelece os procedimentos de que trata o § 2º do art. 131- A e o 131-C, ambos do Anexo I do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 27, DE 28 DE DEZEMBRO 2016 - SEFA

Aprova o calendário de vencimentos e a tabela de valores, referentes ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, para o exercício fiscal de 2017, e dá outras providências.

REGIMENTO INTERNO

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ S/N, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016

EDITAIS

EDITAL S.N 2016- ITERPA

TORNA PÚBLICO A RATIFICAÇÃO DE PERMUTAS DE TÍTULOS DO “PROJETO INTEGRADO TRAIRÃO” POR ÁREAS DE TERRAS DO ESTADO.

EDITAL S/N, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2016 - ITERPA

TORNA PÚBLICO, através do presente EDITAL – que está sendo processada perante este Instituto, a regularização de áreas rurais, visando à criação do Projeto Estadual de Assentamento Agroextrativista (PEAEX) denominado Acutipereira, localizado no Município de Portel (PA).

EDITAL S/N, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2016 - ITERPA

TORNA PÚBLICO, através do presente EDITAL – que está sendo processada perante este Instituto, a regularização de áreas rurais, visando à criação do Projeto Estadual de Assentamento Agroextrativista (PEAEX) denominado Acangatá, localizado no Município de Portel (PA).

EDITAL S/N, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016- ITERPA

TORNA PÚBLICO, através do presente EDITAL – que está sendo processada perante este Instituto, a regularização das áreas rurais, visando à criação do Projeto Estadual de Assentamento Sustentável (PEAS) denominado União, localizado no Município de Tomé-Açu(PA), feito que tramita sob o n.º 2012/462883; 2012/378555

EDITAL S/N, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2016- ITERPA

TORNA PÚBLICO, através do presente EDITAL – que está sendo processada perante este Instituto, a regularização das áreas rurais, visando à criação do Projeto Estadual de Assentamento Sustentável (PEAS) denominado Nova Estrela, localizado no Município de Tomé-Açu(PA), feito que tramita sob o n.º 2008/463632.

PROVIMENTOS

PROVIMENTO CONJUNTO Nº 02/2016- TJ/CGJ

DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL (UPJ) - 1^a A 5^a VARAS DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DA CAPITAL

PROVIMENTO CONJUNTO Nº 015/2016 – CJRMB/CJCI

Dispõe sobre a atualização monetária das Tabelas de Emolumentos anexas à Lei Estadual nº 8.331, de 29 de dezembro de 2015, e dá outras providências.

PROVIMENTO CONJUNTO Nº 016/2016-CJRMB/CJCI

Dispõe sobre a remessa de documentos referentes à condenação de policiais militares a pena privativa de liberdade superior a 2 anos (denúncia, sentença, certidão de trânsito em julgado) ao Procurador de Justiça Militar.